

## da Assembleia Nacional

X LEGISLATURA (2014-2018)

3.ª SESSÃO LEGISLATIVA

## **REUNIÃO PLENÁRIA DE 8 DE JANEIRO DE 2016**

Presidente: Exmo. Sr. José Diogo

Secretários: Exmos. Srs. Celmira Sacramento

Aérton do Rosário Sebastião Pinheiro

## **SUMÁRIO**

O Sr. Presidente declarou aberta a sessão às 9 horas e 30 minutos.

**Ordem do Dia.**— Após a discussão conjunta, foram aprovadas, na generalidade, as propostas de lei n.ºs 7 e 8/3.ª/X/2016 — Grandes Opções do Plano e Orçamento Geral do Estado para o ano económico 2016.

No debate, o Sr. Primeiro-Ministro (Patrice Trovoada) e o Sr. Ministro das Finanças e Cooperação Internacional (Américo Ramos), responderam às questões dos Srs. Deputados Aérton Crisóstomo (MLSTP/PSD), Maria das Neves (MLSTP/PSD), Fernando Maquengo (MLSTP/PSD), António Barros (MLSTP/PSD), Ana Rita (MLSTP/PSD), Danilson Cotú (PCD), Filomena Prazeres (PCD), Abnildo d' Oliveira

(ADI), Ângela Pinheiro (ADI), Felisberto Afonso (UDD), Alda Ramos (ADI), Beatriz Azevedo (MLSTP/PSD), Esmaiel do Espírito Santo (ADI), Levy Nazaré (ADI) e Delfim Neves (PCD).

No encerramento do debate, os Grupos Parlamentares do PCD, MLSTP/PSD e ADI, produziram uma declaração, a que se seguiu a intervenção final de Sua Excelência o Primeiro-Ministro (Patrice Trovoada).

Por último, os Srs. Deputados prestaram, em pé, um minuto de silêncio em memória do Sr. Gonçalo Monteiro.

O Sr. Presidente encerrou a sessão às12 horas e 45 minutos.

Eram 9 horas e 30 minutos.

Estavam presentes os seguintes Srs. Deputados:

Acção Democrática Independente (ADI):

Abnildo do Nascimento d' Oliveira

Adilson Cabral Managem

Alda Quaresma d' Assunção dos Ramos

Ângela José da Costa Pinheiro

Arlindo Quaresma dos Santos

Berlindo Branco Vilela Silvério

Bilaine Carvalho Viegas de Ceita

Carlos Manuel Cassandra Correia

Celmira d'Almeida do Sacramento

Egrinaldino de Carvalho Viegas de Ceita

Esmaiel da Glória Espírito Santo

Evaristo do Espírito Santo Carvalho

Flávio Pires Mascarenhas dos Ramos

**Gabriel Barbosa dos Ramos** 

Idalécio Augusto Quaresma

Ivo Mendonça da Costa

Joaquim Salvador Afonso

Jorge Sousa Pontes Amaro Bondoso

José António do Sacramento Miguel

José Carlos Cabral d'Alva

José da Graca Diogo

José Manuel Macumbo Costa Alegre

Levy do Espírito Santo Nazaré

Manuel da Graça Narciso

Mário Fernando Rainho

Martinho da Trindade Domingos

Nenésio Quaresma Afonso

Ossáquio Perpétua Riôa

Pedro Jorge de Abreu e Carvalho

Salcedas d'Alva Teixeira Barros

Sebastião Lopes Pinheiro

Silvestre Moreno Mendes

Wilder Monteiro dos Santos

Movimento de Libertação de São Tomé e Príncipe/Partido Social-Democrata (MLSTP/PSD):

Aérton do Rosário Crisóstomo

Ana Isabel Meira Rita

António das Neves Sacramento Barros

António Monteiro Fernandes

Arlindo Barbosa Semedo

Aurélio Pires Quaresma Martins

Beatriz da Veiga Mendes Azevedo

Dionísio Leopoldino Fernandes

**Domingos Monteiro** Fernandes

Fernando da Silva Maquengo Freitas

Guilherme Octaviano Viegas dos Ramos

Jaime Pires Sequeira de Menezes

Manuel Marçal Lima

Maria das Neves Batista de Sousa

Maria de Lourdes Martins do Sacramento

Vasco Gonçalves Guiva

Partido de Convergência Democrática (PCD):

**Delfim** Santiago das **Neves** 

Filomena Maria de Fátima Dias Xavier de Pina dos Prazeres

José Luís **Xavier Mendes Danilson** Alcântara Fernandes **Cotú Jorge** Dias **Correia** 

União dos Democratas para o Desenvolvimento (UDD):

Felisberto Fernandes Afonso

O Sr. **Presidente**: — Sras. e Srs. Deputados, bom dia.

Vamos dar continuidade aos nossos trabalhos com o debate na generalidade das propostas de lei das Grandes Opções do Plano (GOP) e do Orçamento Geral do Estado (OGE). Agradecia os serviços que convidassem os membros do Governo e o Sr. Primeiro-Ministro para tomarem parte na Sala.

Peço ao Sr. Secretário para anotar os nomes dos Deputados que desejam intervir, para colocarem as suas questões, ou dúvidas.

Sua Excelência, Primeiro-Ministro, Sra. Ministra, Srs. Ministros. Sras. e Srs. Deputados, vamos iniciar os nossos trabalhos de hoje. Neste sentido, saúdo a todos e desejo bom trabalho ao longo do dia.

Como dizia no início, os Deputados que desejam intervir, por favor, pronunciem-se.

Volto a frisar que estamos a dar a continuidade aos trabalhos que começamos ontem. Ainda estamos a discutir na generalidade. Dito isto, está aberto o debate, mas antes quero passar a informação em termos de tempo. O Grupo Parlamentar do ADI tem 1 hora e 52 minutos, o MLSTP/PSD tem 55 minutos, o PCD tem 17 minutos, o Deputado do UDD tem 4 minutos e o Governo tem 1 hora e 52 minutos.

Tem a palavra o Sr. Deputado Aérton Crisóstomo, mas terei que convidar alguém do MLSTP/PSD para que substitua o Sr. Deputado que vai agora fazer o uso da palavra. Há um Vice-secretário da Mesa. Não está? Neste caso, convidaria o Sr. Deputado Sebastião Pinheiro, para tomar o seu lugar na Mesa. Apenas para recordar que é regimental. Um Deputado da Mesa que queira tomar a palavra é normal que se faça a substituição. O Sr. Deputado passa a ir à bancada e deixa de ter lugar na Mesa.

O Sr. **Aérton Crisóstomo** (MLSTP/PSD): — Sr. Presidente, Sr. Primeiro-Ministro, Sra. e Srs. Ministros, Sras. e Srs. Deputados, muito bom dia.

Eu tomo a palavra para tentar clarificar algumas questões ligadas a fixação do salário mínimo nacional. Na página 17 do Orçamento, no quinto parágrafo, o Governo diz o seguinte: «O aumento do salário a nível da função pública deriva da medida do Governo em introduzir, pela primeira vez, o salário mínimo nacional, o que terá por sua vez impacto no aumento do salário na função pública. A conjugação desses factos naturalmente irá introduzir um maior poder de compra das famílias são-tomenses...». Bom, fiquei com alguma dúvida, por isso, gostaria que o Sr. Primeiro-Ministro depois clarificasse aos Deputados e ao País, que nos ouve, se estamos perante um aumento ou fixação do salário mínimo nacional, ou estamos perante um aumento do imposto. Porquê? Estava a tentar fazer as contas e percebi que, de acordo com o artigo 68.º do Código do IRS, o funcionário que tem um salário do primeiro escalão, ou seja, de 0 até 975 000 dobras fica isento do pagamento do imposto. Ou seja, não se faz a retenção na fonte para o efeito de pagamento do IRS, o que significa que esse funcionário só fará a contribuição para a Segurança Social, tendo em conta a taxa de 4% que é a contribuição hoje paga pelos funcionários a esta instituição. Fazendo as contas e retirando a taxa, verifica-se que o funcionário terá que contribuir com o valor de 39 000 dobras para a Segurança Social. Deduzindo esse montante aos 975 000 dobras, que é o teto mínimo, o funcionário fica a auferir um salário de 936 000 dobras. Perante o novo cenário, com a fixação do salário mínimo nacional, a pessoa sai automaticamente do primeiro escalão, ou seja, passa a pagar a taxa de 10%, pelo facto de o salário subir para Dbs. 1 100 000 00 (um milhão e cem mil dobras). Fazendo as contas, o funcionário passa a pagar 110 000 00 (cento e dez mil dobras) do imposto e terá que deduzir também os 4% para a Segurança Social. Somando esses valores são 154 000 00 dobras ...

Uma Voz: — São 148 000 00 (cento e quarenta e oito mil dobras).

O Sr. Aérton Crisóstomo (MLSTP/PSD): — Desculpe, mas estou no uso da palavra.

Deduzindo os 154 000 00 dobras aos 1 100 000 00 a pessoa passa a receber 946 000 dobras. Fazendo uma pequena comparação daquilo que foi o primeiro cenário que já havia referido, ele tem um aumento de Dbs. 10 000 dobras.

Sr. Primeiro-Ministro, 10 000 dobras dá para comprar um quilo do arroz do Japão?

Uma Voz: — Quase.

O Sr. **Aérton Crisóstomo** (MLSTP/PSD): — Não, fica a faltar mais 3000 dobras. A não ser que Vossa Excelência tivesse que pegar no avião e ir outra vez pedir aos japoneses que nos enviassem feijão de 13

000 açúcar de 13 000, óleo de 13 000, para que de facto essa família que vai beneficiar do salário mínimo nacional pudesse ter um poder de aquisição efectivo. Portanto, Sr. Primeiro-Ministro, o que se verifica na fixação do salário mínimo nacional não tem nada a ver com dar as famílias são-tomenses um maior poder aquisitivo, mas simplesmente tem a ver com a questão de imposto. Há um aumento efectivo do imposto, excepto à Segurança Social. Não sou o único a dizer isso. O próprio Governo também o diz, como podemos até ver na página 17, sexto parágrafo do próprio Orçamento: «A implementação do salário mínimo nacional e o impacto imediato sobre o aumento das despesas salarial é observado nas receitas derivadas do imposto sobre o rendimento das pessoas singulares (IRS), onde se espera que venham a aumentar em 0,3 pontos percentuais do PIB em 2016. Sendo esta rubrica de receita com um peso médio acima de 20% de total das receitas fiscais, a sua evolução positiva é crucial para o reforço da mobilização da receita doméstica...».

Agora pergunto ao Sr. Primeiro-Ministro, estamos perante um aumento do imposto ou perante a fixação do salário mínimo nacional?

Aplausos do MLSTP/PSD.

O Sr. **Presidente**: — Convido a Sra. Deputada Maria das Neves, para usar da palavra.

A Sra. **Maria das Neves** (MLSTP/PSD): — Sr. Presidente, gostaria de saudar o Sr. Primeiro-Ministro e o seu elenco, aproveitar esta oportunidade para vos desejar um bom ano, com muita saúde e paz; saudar também todas as Sras. e os Srs. Deputados.

Sr. Primeiro-Ministro, ouvi ontem atentamente a sua explanação aquando da apresentação do Orçamento Geral do Estado e à dada altura dizia que vivemos em um país onde tudo gira à volta do Estado. De facto é verdade. Julgo que ninguém pode pôr isto em causa. É o Estado que cria emprego, paga o salário, que investe na educação, na saúde, ou seja, que praticamente faz tudo. Como mudar este paradigma, Sr. Primeiro-Ministro?

Houve aqui várias intervenções sobre o crescimento da nossa economia. Temos de facto uma economia que, quando analisamos a composição do produto interno bruto, constatamos que na sua composição, o consumo é superior ao produto. Ou seja, estamos a consumir mais do que o que produzimos.

O Governo diz, na página 8 das Grandes Opções do Plano, que «o défice da balança comercial diminuiu em 1,6% e este défice é consequência da diminuição da nossa exportação em 19%, em comparação com o período homólogo de 2014» e depois diz mais que «a exportação baixou em 19% e mantivemos o ritmo das importações» e isto fez com que a balança comercial tivesse tido um défice de 1,6%, o que significa dizer, mais uma vez, que estamos a consumir mais do que o que produzimos. Como inverter esta tendência, Sr. Primeiro-Ministro? Nenhuma economia consegue desenvolver sem um sector privado ou empresarial forte. É o sector empresarial que ajuda o Estado a criar emprego, riqueza e a produzir mais-valia para a economia, bem como no seu desenvolvimento. Infelizmente, nós temos no nosso país um sector empresarial muito frágil e embrionário. O nosso empresariado nacional está completamente descapitalizado. Como é que o sector empresarial consegue apoiar o Estado nessa matéria? Criando emprego e riqueza. Por isso, era necessário que se encontrasse algum incentivo para esse sector, de forma a ajudar o Estado nessa matéria.

Se formos ao banco, constatamos que há uma maior percentagem de crédito ao consumo, em relação ao crédito à produção. Não há incentivo à produção.

As taxas de juros são proibitivas, o que faz com que o empresariado nacional não consiga recorrer ao banco para contrair créditos e criar riquezas.

Olhamos para o nosso país e dizemos que há várias oportunidades de negócio. De facto há várias, sim. Andando por aqui, a gente vê tanta nascente com boa água, temos nascentes que até produzem água flêbê, mas estamos a importar quantidades de água mineral, anualmente. Se tivéssemos cá uma fábrica de engarrafamento de água estaríamos a ajudar o Governo a criar mais-valia para a economia.

Temos cá frutos tropicais em quantidades industriais que daria para começarmos a conservar e a transformar, criando emprego claro, mas ainda não temos um mecanismo de conservação desses produtos. Temos muitos produtos que são sazonais e muitas vezes há excedentes de produção no período da Gravana, com baixos preços, e no período da Chuva esses produtos se escasseiam. Tendo um mecanismo de conservação dos produtos, estaríamos a ajudar o próprio Governo a encontrar outras alternativas para a economia. Por isso, Sr. Primeiro-Ministro, julgo que é necessário estudar-se algum mecanismo capaz de permitir ao Governo dar uma atenção especial ao empresariado nacional, incentivar os investimentos privados, para criar riquezas, distribui-la de forma equitativa e podermos assim combater a pobreza.

Outra questão, Sr. Primeiro-Ministro, prende-se com o que nos disse aqui em relação à estrutura do financiamento do OGE. Apresentou-nos uma nova estrutura, dizendo que o financiamento agora é baseado em 51% de recurso nacional e 49 % de recurso externo e acrescentou que esse recurso interno não decorre do aumento das receitas, mas sim do apoio ao Orçamento Geral do Estado, proveniente da União Europeia e do Banco Mundial. O que significa dizer, Sr. Primeiro-Ministro, que a nossa economia continua a depender da ajuda pública ao desenvolvimento. Não havendo um sector empresarial forte, nem um mecanismo para garantir a sustentabilidade da economia, temos mesmo que continuar a apostar na ajuda pública ao

desenvolvimento, como forma de poder garantir a sustentabilidade da nossa economia. Temos assistido aqui algumas remessas de emigrantes que entram para o nosso país, mas de maneira muito informal. Como incentivar a poupança e a remessa de emigrantes? Conhecemos países que também ajudam o Governo a financiar o orçamento, através das remessas de emigrantes. O que é que podemos fazer para incentivar a remessa de emigrantes como uma forma também de ajudar? O que está em causa é como garantir a sustentabilidade do nosso desenvolvimento e da nossa economia. Por isso, acho que uma reflexão deveria ser feita sobre as remessas dos nossos emigrantes. Eles enviam, mas ninguém tem o controlo de quanto é que entra, porque vêm por uma via que já sabemos, informal.

Julgo que todos estamos preocupados com a sustentabilidade da nossa economia. Se não garantimos essa sustentabilidade, não estaremos em condições de criar emprego. Falou-se aqui que o País é jovem e 70% da nossa população tem idade inferior a 18 anos. Temos que ver como aproveitar essa potencialidade. Temos aqui jovens com iniciativas empresariais, associações das mulheres empresárias, a Câmara de Comércio, Indústria e Turismo e muitos empresários nacionais com vontade de investir, para além de criarmos incentivos para estimular os investidores privados a investir em São Tomé e Príncipe, como forma de se inverter essa situação. Se não, será muito complicado assegurar essa massa crescente de desemprego que temos e que afecta bastante a nossa economia.

Termino propondo ao Governo que se veja uma forma de se poder incentivar o crescimento da economia, criando riquezas, através de um incentivo ao sector privado, para se criar emprego, riqueza e distribui-las de forma equitativa, porque só assim estaremos em condições de combater a pobreza em São Tomé e Príncipe.

Aplausos do MLSTP/PSD.

- O Sr. Presidente: Convido agora o Sr. Deputado Fernando Maquengo, para uma intervenção.
- O Sr. **Fernando Maquengo** (MLSTP/PSD): Sr. Presidente, mantenho a minha inscrição, mas após a resposta do Governo.
- O Sr. **Presidente**: Sr. Deputado, como já tinha dito ontem, há necessidade de colocar as questões agrupadas e julgo que assim é mais fácil e permitirá ao Governo responder de uma só vez. Não vejo o Sr. Deputado a condicionar o facto de o Governo responder agora. Acho que o Sr. Deputado deveria ter a sensatez de colocar as suas questões e o Governo, em seguida, irá responder. É apenas para melhorarmos a condução dos nossos trabalhos.

Para informação, até agora apenas houve três intervenções. Seria bom haver mais intervenções. Tem a palavra o Sr. Deputado António Barros.

- O Sr. **António Barros** (MLSTP/PSD): Sr. Presidente, mesmo uma pergunta dá para responder. Não tem que ser necessariamente três ou quatro perguntas. Não se está a obrigar o Governo a responder. A Mesa da Assembleia também não pode nos obrigar a colocar as questões, tem-se que acumular um número de questões para o Governo responder. Para haver resposta, basta ter pergunta. Não implica quantas.
- O Sr. **Presidente**: Sr. Deputado, volto a frisar que é para organizarmos melhor os nossos trabalhos. Era bom que os Deputados colocassem uma série de perguntas e depois o Governo vinha responder. Acho que é melhor assim, porque lança-se uma pergunta e depois vem o Governo e depois levanta-se a outra pergunta, vem novamente o governo. Não se produz o verdadeiro efeito que se pretende. Era preferível que fizéssemos as perguntas e depois o Governo vinha esclarecer. E é uma forma de os cidadãos ficarem elucidados.

Neste sentido, seria preferível que o Sr. Deputado Fernando Maquengo colocasse a sua pergunta.

- O Sr. **Fernando Maquengo** (MLSTP/PSD): Sr. Presidente, ainda estou a preparar a minha intervenção. É por isso que pedi que a minha intervenção fosse após a resposta do Governo.
- O Sr. **Presidente**: Agora sim sei que há uma razão que faz com que o Sr. Deputado intervenha posteriormente.

Passo imediatamente a palavra ao Governo.

- Sr. Primeiro-Ministro où algum Ministro que o senhor indigitar, tem a palavra, para responder às questões que foram aqui levantadas.
  - O Sr. Primeiro-Ministro: Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, bom dia.

Quero dizer claramente a todos aqueles que auferem o salário mínimo que não terão que pagar o imposto. Vejo o Sr. Deputado satisfeito e é bom que estejamos todos satisfeitos, porque o salário mínimo, a partir de agora, terá que ser indexado. Há um salário mínimo para a função pública e existe um outro para

os diferentes sectores. O código tributário permite que em diferentes sectores, desde que seja o salário mínimo, não seja sujeito ao imposto. Como devem perceber, o Governo não iria tomar uma medida que iria se reflectir simplesmente num aumento de 10 000 dobras para os trabalhadores da função pública. Nessa matéria, se entendermos bem a situação, creio que em termos comparados todos os países do mundo funcionam da mesma maneira.

Quanto à questão levantada sobre a sustentabilidade da economia e o apoio ao sector privado, o sentimento do Governo é que de facto só as reformas nos permitirão sair dessa situação. Tem havido apoios, pequenos, mas tem havido. Este ano referimo-nos aos 10 milhões de euros da linha de crédito com Portugal para o sector privado.

A IFC do Banco Mundial também disponibilizou três milhões de euros, para que as empresas possam fazer algumas melhorias, não propriamente para o investimento, mas para que elas possam melhorar os seus desempenhos e adquirir alguns equipamentos, mas o grande problema é o de crédito. Isso é que é o grande problema. O crédito ao nível dos bancos. Este ano houve palestras, trabalhos e há um relatório sobre o ambiente do negócio e tudo aponta para que seja de facto o acesso ao crédito a maior dificuldade para o desenvolvimento do sector privado. Existem uma série de recomendações, a principal é a da reforma ao nível da Justiça. Estamos a trabalhar nisso e é preciso dizer que é uma reforma que não pode ser feita também de qualquer maneira. O primeiro passo foi a inspecção, depois existe a produção legislativa. É preciso mudar algumas leis, melhorar alguns códigos. Ora, aí também temos um problema, porque quando olhamos o número de leis que a própria Assembleia Nacional, numa Legislatura, produz, temos que encontrar aqui mecanismos para produzirmos muito mais leis, para permitir que, de facto, o sistema se torne mais funcional.

O Governo também, no âmbito da cooperação internacional, está à procura de assessoria, para poder ajudar o legislador, para ver se se consegue produzir muito mais leis rapidamente, para que se possa fazer a reforma do sistema financeiro.

Os 10 milhões de Portugal para o sector privado, as taxas de juros são negociadas e serão taxas de juros bastante atractivas, que não têm nada a ver com as taxas de juros dos bancos hoje, que estão acima dos 14%. Estou convencido que se o sector privado nacional usar esse dinheiro que queremos que seja usado para a indústria transformadora, nomeadamente a agro-indústria, os retornos serão positivos, não só em termos da balança de pagamentos, sobretudo em termos de criação de postos de trabalho, que para todos aqui nesta Sala é prioridade.

Consideramos que 1 milhão de euros investidos na agricultura podem trazer até 200 postos de trabalho. De facto, 10 milhões de euros, se o sector privado se apropriar e investir em actividades que são mais a base de mão-de-obra, sobretudo ao nível da indústria ligada ao sector agrícola, poderemos ter alguns progressos.

É verdade que mesmo o facto de o Orçamento Geral beneficiar hoje do apoio directo da União Europeia e do Banco Mundial, etc. não diminui a dependência externa, mas flexibiliza um pouco mais a utilização do dinheiro, porque isso nos permite, já em termos de procedimento e em termos de gestão de tesouraria, equilibrar um pouco melhor as coisas e, sobretudo em termos de tesouraria, trabalharmos melhor, tendo em conta que os atrasos, às vezes, do desbloqueamento de verbas quebram também a actividade.

Como eu disse ontem, isso é um sinal de maior confiança no sistema de administração das finanças públicas em São Tomé e Príncipe por parte da comunidade internacional. Devemos merecer essa confiança, continuando de facto a gerir com muita cautela e transparência esses fundos postos directamente à disposição do Orçamento Geral do Estado.

O Sr. Presidente: — Convido o Sr. Deputado Fernando Maquengo a usar da palavra.

O Sr. **Fernando Maquengo** (MLSTP/PSD): — Sr. Presidente da Assembleia Nacional e a Mesa, Sr. Primeiro-Ministro e o seu elenco, Sras. e Srs. Deputados, muito bom dia.

A minha questão tem a ver com a página 15 das GOP, uma vez mais trago essa questão, onde se refere que houve aquisição de um edifício para abrigar o Supremo Tribunal de Justiça. Ontem coloquei aqui essa questão ao Governo e não recebi resposta. Sr. Primeiro-Ministro, o contraditório em democracia é saudável e eu preciso saber, os deputados precisam saber e o povo também precisa saber qual foi o montante da aquisição e que procedimentos legais, ou seja, se se respeitou a Lei de Contratação Pública, nesse caso? Acho que é uma pergunta que deve merecer resposta. Ontem, nem da sua parte nem da parte do Sr. Ministro das Finanças fiquei satisfeito, por isso, volto à carga.

Mesmo assim, o Sr. Ministro da Economia e Cooperação Internacional deu-me uma resposta relativamente ao rebocador da ENAPORT, que como disse é um rebocador que tem uma idade superior a muitos Srs. Deputados aqui na Sala, não a mim, tem 45 anos de vida, já começa a acusar avarias, está a pedir peças novas. Fui à busca de informações e fiquei a saber que é um rebocador que não encosta enquanto a maré não está alta, ou seja, quando o mar está vazio o rebocador não funciona e, pelos vistos, não tem garantias. O Governo ou a ENAPORT terão que arcar com a compra das peças que um aparelho de 45 anos exige. Daí que, Sr. Primeiro-Ministro, o Ministro, na sua resposta, pareceu tentar responder,

dizendo «estamos a fazer o melhor que vós», referindo-se aos casos anteriores. Acho que o nosso propósito é de melhorar. Não temos que cometer erros, porque o outro atrás cometeu.

Na esteira dessa intervenção, foram adquiridos também carros bombeiros e, segundo as informações que temos, esses carros também não são novos. Se for mentira, esclareça-nos, Sr. Primeiro-Ministro. Portanto, precisamos saber e o povo também, se os carros são novos, têm uma idade intermédia ou vão realmente servir os interesses da Nação, que é de extinguir o fogo, que tem flagelado as nossas populações.

Volto ainda à carga com relação à nomeação de um Inspector-geral das Finanças. Eu não estou a falar de qualquer entidade dentro da Administração Pública. Estou a falar do Inspector-geral das Finanças. Até à presente data, não foi nomeado um Inspector-geral das Finanças. Não estamos contra ninguém e a resposta do Sr. Ministro das Finanças ontem não me convenceu. Não estamos a pedir que se faça a nomeação de alguém que não seja da confiança do Governo. Que seja o Inspector-geral adjunto o nomeado, mas uma instituição desta envergadura não se compadece com esse hiato. Há um hiato.

Eu gostaria de aproveitar o ensejo para me referir ao despacho conjunto n.º 6/2015, que veio, digamos, actualizar as taxas previstas na Lei 8/2009, que permite a licitação e contratação dos serviços públicos.

No que concerne ao concurso de pequena dimensão, o Governo disse-nos cá que fez uma actualização da taxa, ou seja, passou de 1 para 3 biliões de dobras. Ora, não nos parece que essa actualização tenha respeitado a taxa de inflação dos últimos 5 anos. Achamos que o salto foi muito grande. Porquê? Porque são logo 3 biliões de dobras que ficam sujeitos a uma atribuição discricionária. Sabemos como é que se fazem esses concursos. Ou seja, boa parte dos concursos hoje são atribuídos de forma discricionária. Portanto, há que se ter em atenção essas coisas, porque estamos a tratar do erário público, meus senhores. Não nos agrada, mas é verdade.

Sabemos que tanto a Lei do SAFE como a tal Lei 8/2009, primam pelo espírito de transparência. O que queremos é transparência na gestão do erário público. Ora, esse procedimento, na nossa óptica, viola o princípio da transparência. É muito dinheiro que está a ser posto nas mãos de supostos fornecedores ou empreiteiros, sem que se avalie devidamente a sua alocação e efectivação.

É isto que nos apraz dizer e, por favor, queremos receber uma resposta correcta, sem politiquices da parte do Governo.

O Sr. **Presidente**: — Não havendo mais ninguém a intervir, vou rapidamente ler o que está escrito no Regimento da Assembleia Nacional, no ponto 2 do artigo 209.º: «O debate inicia-se e encerra-se com uma intervenção do Governo».

Murmúrios do MLSTP/PSD.

Ou o Sr. Deputado intervém agora, para podermos solicitar ao Governo que venha de novo dar algumas respostas ou, caso contrário, encerramos o debate, usando o mecanismo regimental.

Tem a palavra o Sr. Deputado António Barros, para uma intervenção.

- O Sr. **António Barros** (MLSTP/PSD): Sr. Presidente, Sr. Primeiro-Ministro e Srs. Membros do Governo, Sras. e Srs. Deputados, bom dia.
- Sr. Primeiro-Ministro, durante estes dias, como é óbvio, os deputados têm os documentos nas mãos, cada um vai analisando, sabem que estamos em debate e vão preparando as questões para aqui serem levantadas, mas em função daquilo que se diz aqui também permite que se levantem outras questões que estavam fora do contexto ou do plano.

Depois de ouvir o Sr. Deputado Aérton, do MLSTP/PSD, a questionar sobre o salário mínimo e depois de ouvir a resposta do Sr. Primeiro-Ministro, fiquei com uma preocupação muito grande, porque, no fundo, fica agora provado que todo o alarido que se fez à volta do aumento do salário, do poder de compra, afinal de contas não passa de um poder de compra de 10 000 dobras. Isso é preocupante, porque está-se a enganar um pai de família, uma pessoa que tinha direito a 930 000 dobras, estava num escalão que não sofria determinados descontos e sobe agora para 1 100 000 dobras, mas na prática quando for ao banco irá receber 940 000 dobras, aumentou 10 000 dobras. Que isso fique registado, para as pessoas estarem preparadas porque não vai haver aumento do poder de compra nenhum, porque com 10 000 dobras ninguém consegue aumentar o poder de compra. Vai haver, se calhar, é o aumento da frustração.

Sr. Primeiro-Ministro, Srs. Membros do Governo, nota-se constantemente uma inquietação, quando os Deputados nesta Sala levantam uma ou outra questão, o que demonstra uma ou outra fragilidade do Governo. Os Deputados do Grupo Parlamentar do ADI ficam inquietos, nota-se alguns murmúrios, mas nunca foi diferente. O Grupo Parlamentar do ADI também várias vezes acusou o outro governo disto ou daquilo, demonstrou ao povo que o outro governo não era bom e se calhar por isso ganharam as eleições, porque fizeram aqui uma política totalmente de demonstração. Hoje, quando a oposição vem aqui demonstrar as fragilidades do Governo, nota-se essa reacção. Costumo dizer que quem não deve, não teme.

Ontem, já pedi e volto a pedir que deixem a oposição falar. Esse é o papel da oposição. Quem está bem não tem o que temer. Aliás, são os próprios senhores que dizem que as contas serão feitas no final, quando formos às urnas. Então, vamos deixar, cada um foi eleito para fazer o seu papel, o Governo para governar e nós para fiscalizarmos e denunciarmos aquilo que estiver mal. Aqui na terra ninguém pode achar que é Jesus Cristo. Jesus Cristo está lá em cima, nenhum homem é perfeito.

Murmúrios do ADI.

Directamente para os Srs. Ministros da Ordem Interna e da Justiça e Direitos Humanos.

Sr. Ministro de Ordem Interna, no início do seu mandato, fez algumas visitas aos comandos distritais e regional, mas o que posso aqui hoje relatar, porque também não vi medidas orçamentais, é que o Sr. Ministro, quando esteve no Príncipe, de certeza que viu a condição em que vive os agentes da polícia. A casa onde moram e trabalham não dignifica o trabalho da polícia, num momento em que queremos justiça. E mais do que isso, a polícia está numa instalação que, segundo dizem, pertence às Forças Armadas e também está junto com a Polícia de Investigação Criminal (PIC). Alguém que recebe uma contrafé, às vezes, nem sabe se está a ir para a Polícia de Ordem Pública ou para PIC.

Sei que o Sr. Ministro vai vir aqui, por isso vou poupar-lhe já de vir aqui dizer que mandou viaturas novas. De facto, foi uma viatura nova e duas motorizadas, não é preciso vir aqui mais dizer isso, mas mais do que as viaturas e motorizadas, era bom que visse, porque por lá também falta criar outras condições. Se quisermos que a polícia trabalhe, temos que criar condições para a ela trabalhar. Não importa o tempo. Antes tarde que nunca.

Em relação ao Sr. Ministro da Justiça que agora está anexado aos Direitos Humanos, há um problema que se vem levantando já há algum tempo, sobre a permanência dos magistrados no Príncipe, de forma a facilitar os processos. Sempre houve um juiz para a Região Autónoma do Príncipe, mas por questões de condições ele não vive lá. Não é só juiz, podemos falar do processo todo no Ministério Público, porque quando vai uma delegação do Ministério Público, dos Tribunais para lá, andam praticamente a pé. O Ministério Público não tem carro, o Tribunal não tem carro, não tem outras condições e o quê que isso origina? Para que as pessoas não figuem impunes dos seus crimes, a autoridade muitas vezes é obrigada a violar, para punir. Explico porquê. Alquém que comete um crime e que toda gente reconhece que não deveria estar solto, irá permanecer numa sela além do prazo que a lei permite. Por falta de condições, nomeadamente uma cadeia ou por falta da permanência dos magistrados, essa pessoa permanece vários dias na sela. Há ali um processo que se tem que fazer, mas não há verba para a pessoa em causa ser presente a um juiz, para ver a sua medida de coacção, como se diz, isso não é minha área, se eu estiver errado que me corrijam. A verdade é essa, que enquanto se vai fazer os procedimentos, não há verba para fazer deslocar o preso, o agente do Ministério Público ou do Tribunal e ele irá permanecer fechado além do tempo que a lei permite. Depois de julgado e para cumprir a pena, ali já entra a questão de direitos humanos. Uma pessoa que vive no Príncipe e tem todos os familiares no Príncipe, estando preso em São Tomé, não pode ser visitado pelos seus familiares, porque não há condições para os familiares pagarem a passagem para visitá-lo aos fins-de-semana, na cadeia. Isso apenas para chamar atenção, porque é necessário que se crie condições, para evitarmos casos desses. Só quem não quiser é que não reconhece que há aqui a violação de algumas normas, para fazer cumprir a lei, o que não deve. Não se pode violar para fazer cumprir a lei.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra a Sra. Deputada Ana Rita.

A Sra. **Ana Rita** (MLSTP/PSD): — Sr. Presidente, Sr. Primeiro-Ministro e seu elenco, Sras. e Srs. Deputados, bom dia.

Sr. Primeiro-Ministro, depois de ter ouvido a sua explanação esta manhã, decidi fazer esta intervenção. O cacau, desde a era colonial, é o produto de marca de São Tomé e Príncipe que colocou o nosso país em destaque nos mercados internacionais. Se olharmos para os dados de exportação até Setembro de 2015, constatámos que aponta para uma redução de cerca de 50%. A minha questão é, porquê? O que houve? Se em 2014 a exportação foi de 9,4%, não me lembro bem, em 2015 baixou cerca de 50%. Porque ouvimos aqui que para 2016 as suas prioridades são infra-estrutura, saúde e agricultura, gostaria de saber o porquê dessa redução tão drástica da produção do cacau.

O Senhor falou também sobre o apoio que se vai dar à classe empresarial, sinto-me ultrapassada neste aspecto, mas há uma questão que me intriga um bocado. Temos aqui empreendedores, pequenos empreendedores e, falando do cacau, posso citar o Sr. Cláudio Corallo. Acho que a empresa agora se depara com grandes dificuldades, barreiras com a exportação e tudo isso. No entanto, não basta só apoiarmos a produção. Para que haja desenvolvimento e crescimento, também temos que apostar na indústria local de transformação de nossos produtos brutos. Não só apostar na indústria, mas também promover internacionalmente. Cito um exemplo: São Tomé e Príncipe participou na Expo Milão, no ano passado, no entanto, soubemos que nessa exposição que tinha como *slogan* «São Tomé e Príncipe, Ilha do Cacau» essa marca nossa de renome internacional foi excluída dessa exposição.

O Sr. Pedro Carvalho (ADI): — Mas Cláudio Corallo esteve lá.

A Sra. **Ana Rita** (MLSTP/PSD): — No fim.

O Sr. Pedro Carvalho (ADI): — Mas esteve.

A Sra. **Ana Rita** (MLSTP/PSD): — Depois de 4 meses. Estou a falar com dados credíveis. Só depois de 4 meses é que o Sr. Corallo apareceu.

A outra questão é que vimos que para a saúde, tanto no OGE como no PIP, houve um aumento significativo, mas se fizermos uma comparação com o PIP de 2015, podemos concluir que pouco ou nada foi feito a nível da saúde. Digo isso porquê? Se fizermos uma comparação do que estava inscrito em 2015 e o que está inscrito em 2016, os projectos quase todos transitaram. Os mesmos que estavam em 2015 passaram para 2016, quase todos. Pouco foi feito ao nível do PIP no Sector da Saúde.

Congratulo com o aumento do PIP para 2016, mas gostaria de saber quais são as garantias de financiamento para que esses projectos sejam concretizados.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Deputado Danilson Cotú.

O Sr. **Danilson Cotú** (PCD). — Sr. Presidente, Sr. Primeiro-Ministro, Srs. Ministros, Sras. e Srs. Deputados, bom dia.

O que me traz aqui são duas preocupações. A primeira é que temos vindo a assistir, a nível internacional, a preocupação da UNESCO no que diz respeito à conservação do património material e imaterial, e temos cá em São Tomé e Príncipe um edifício representativo, de marca colonial, que se encontra em avançado estado de degradação. Refiro-me à casa *Bachá*. As informações que consegui colher apontam no sentido de já ter existido um concurso público, houve uma empresa vencedora do concurso, o valor disponibilizado pela União Europeia já foi há anos entregue à empresa, porém, até a data não conseguimos vislumbrar o início das obras.

Procurei no Orçamento, não vi nenhuma verba inscrita direccionada à questão da casa *Bachá*. Digo que não vi nenhuma verba inscrita, porque poderiam dizer-me que não foi entregue, não foi pago, algo do género, mas trago essa preocupação pelo valor cultural desse espaço, património material. Temos que começar a destacar esses aspectos, protegendo aquilo que é o nosso património material. Procurei e não vi, de repente pode ser que esteja inscrito algures no OGE. Caso estiver, apontem-me, caso não, clarifiquem o porquê da não presença da casa *Bachá*.

A segunda preocupação vem um pouco na senda do aumento salarial, mas a minha preocupação não vai direccionada aos funcionários públicos. Tenho preocupação com um sector social em que já se percebe algum tipo de vulnerabilidade social, estou a falar dos pensionistas. Daí que gostaria de saber se haverá efectivamente aumento da pensão e como é que isso vai ser processado, qual é a percentagem, por aí adiante. Hoje somos mais jovens, amanhã estaremos nessa situação de vulnerabilidade, daí que gostaria de saber o que o Governo está a prever. Se haverá ou não aumento. Caso sim, em que percentagem.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra a Sra. Deputada Filomena Prazeres.

A Sra. **Filomena Prazeres** (PCD). — Sr. Presidente, Sr. Primeiro-Ministro, Srs. Ministros, Sras. e Srs. Deputados, bom dia.

Sr. Primeiro-Ministro, a minha preocupação é com relação a uma verba que tem estado a ser inscrita no orçamento regional, há 4 ou 5 anos, para a construção da estrada de Gaspar, Sundy, cerca de 37. 430 e não se faz nenhum concurso público, não se faz nem se diz nada. Acho que isso tem sido repetitivo, possivelmente tem inflacionado o orçamento regional. Não sei porque é que essa verba está lá e nada se faz. A Empresa HBD já fez lá qualquer coisa de terra batida, por isso sugeria que, se é que vai acontecer de novo este ano de estar lá e nada se fazer, porque não se transferir para o abastecimento de água às populações, partindo do princípio de que só temos 1.3 para o abastecimento de água às populações e o que temos tido são essas águas que correm hoje e amanhã não, ou correm uma semana e depois nunca mais volta. Acho que seria melhor transferir essa verba, se por acaso não se estiver a construir a estrada de Gaspar, Sundy, para não voltar a estar no orçamento e nada se fazer.

Antes de ontem, tive que interpelar a Mesa, para passar uma notícia que foi muito preocupante. As pessoas ligaram desesperadas do Aeroporto, dizendo que o avião tinha tido um problema e os passageiros estavam desesperados. Tive que interpelar a Mesa para fazer o reparo, mas depois de ter saído daqui, assegurei-me do que tinha acontecido e tenho a dizer que foi o factor climático que condicionou essa situação, para que não fique o dito pelo não dito.

Uma Voz: — Não foi avaria técnica?

A Sra. Filomena Prazeres (PCD): — Não Sr. Deputado. Não foi avaria técnica.

Aplausos do ADI.

O Sr. **Presidente**: — Apenas para esclarecer. A Sra. Deputada fez uma intervenção que acho ser mais do âmbito da especialidade e seria preferível voltar a colocar, na especialidade.

A Sra. **Filomena Prazeres** (PCD). — *Falou fora do microfone*.

O Sr. **Presidente**: — Sim, mas a abordagem foi mais para a especialidade.

Outra questão é que ontem eu próprio cometi uma gafe, porque dei à Sra. Deputada a palavra, alegando que era interpelação à Mesa, mas consultei o Regimento e a interpelação à Mesa é feita quando há qualquer falha na condução dos trabalhos e obriga a que os Srs. Deputados apontem primeiro a falha.

Tem a palavra o Sr. Deputado Abnildo d' Oliveira.

- O Sr. **Abnildo d' Oliveira** (ADI): Sr. Presidente, venho apenas para sublinhar duas notas, porque quem cala consente e foi lançado aqui um desafio para que pudéssemos fazer política com elevação e não politiquice.
- O Governo, com a sua proposta de OGE, decidiu fixar o salário mínimo nacional na ordem de Dbs.1100 000.
- Sr. Primeiro-Ministro, em São Tomé e Príncipe, costuma-se dizer que placêlo ná cá flá bem placêlo fá. Por tudo quanto possa fazer de bem, haverá sempre alguém a detonar. O debate está a ser feito, a língua oficial que estamos a usar aqui é o português, todos nós temos esse entendimento, mesmo em casa as pessoas estão a nos seguir e o desafio para não fazer politiquice é justamente este, pundá putuguegi té okê, santomé tê blogôdô. É por isso que venho dizer que também ouvi a intervenção do Sr. Primeiro-Ministro, quando dizia que com a fixação do salário mínimo nacional não haverá desconto do IRS. Logo, o salário mínimo nacional não sofrendo desconto, quer dizer que o aumento não corresponde a 10 000 dobras, como o Sr. Deputado António Barros quis passar ao público nacional.

É esta a minha nota, penso que estamos em sede própria, discutindo coisas sérias.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra a Sra. Deputada Ângela Pinheiro.

A Sra. **Ângela Pinheiro** (ADI): — Sr. Presidente, Sr. Primeiro-Ministro, Sra. Ministra, Srs. Ministros, Srs. Deputados, caros presentes, bom dia.

A minha maior preocupação é realmente sobre a politiquice que queremos fazer cá neste palco.

Só para dizer que no Comando Regional da Polícia, quando entramos no ano passado, nem um colchão os polícias tinham para descansar ou dormir, mas hoje já têm colchão. Só que os Srs. Deputados e a população não ficaram a saber, porque não fazemos publicidade dessas coisas mesquinhas.

Aplausos do ADI.

Há polícias que saem de São Tomé para cumprir missão no Príncipe, então deveriam estar lá com maior dignidade, melhores condições, para cumprirem a sua missão na Região Autónoma do Príncipe e isso não foi feito anteriormente.

Outra coisa, é que o actual Governo não tem varinha mágica para resolver todos esses problemas em apenas 1 ano.

Apelo a população e também aos Srs. Deputados que tenhamos calma e deixemos o Governo trabalhar. Tem que ser com calma, não da forma como muitos querem, porque não há varinha mágica. A não ser que os senhores saibam fazer milagre.

Quanto à questão do salário mínimo, do conhecimento que também temos, é para que haja um padrão básico do salário, para que estando na mesma categoria, uns não recebam mais do que os outros. Sabemos que também deve ser de uma quantidade que possa resolver a necessidade das famílias, da população, dos trabalhadores em geral, mas também não temos varinha mágica para resolver isso de um dia para outro.

Com a política do actual Governo, estamos a fazer de tudo para incrementar mais a economia nacional, para que haja realmente melhor salário. Essa também é a preocupação do Governo, sabemos disso.

Vamos deixar realmente de fazer politiquice, de passar mensagens erradas à nossa população.

Quanto à questão dos empresários e todos aqueles que têm iniciativa empreendedora, também lanço um apelo. Sabemos que é política do Governo criar incentivos e políticas para ajudar o crescimento desses empresários, mas que quando chegar o momento realmente esses incentivos sejam realmente direccionados para o crescimento do emprego e melhoria das condições da nossa população, e não façam como sabemos que já fizeram nos anos anteriores.

Aplausos do ADI.

Entrega-se o empréstimo, compra-se altos carros, fazem casas que nem se sabe de onde vem, porque sabemos que não temos recursos para tal, e a população fica cada vez mais pobre. Os trabalhadores ficam em péssimas condições, os senhores que são empresários continuam tendo mais e a classe empreendedora fica com menos. Cumprem realmente os seus compromissos, paguem os bancos, por favor, paguem os empréstimos que são feitos, porque assim não vamos conseguir, de jeito nenhum, ter esse grupo de empresários com potências, para fazer frente, sobretudo àqueles que vêm para nos apoiar.

Aplausos do ADI.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado Fernando Maquengo.

- O Sr. **Fernando Maquengo** (MLSTP/PSD): Sr. Presidente, uma primeira nota é que o meu companheiro, o Sr. Deputado António Barros, pediu uma interpelação à Mesa e o Sr. Presidente recusou, pura e simplesmente, em violação ao previsto no artigo 99.º ponto 2. É bom que possa fazer a condução desta augusta Assembleia com maior isenção e imparcialidade possível.
- Sr. Primeiro-Ministro, analisando o OGÉ e as GOP, gostaria de trazer à colação um problema estrutural de fundo. Com efeito, vendo a estrutura deste Orçamento, o Governo diz que vai aumentar as receitas. Fico com dúvida. Como? Eficiência fiscal? Taxas? Criação de um novo imposto? Imposto mínimo? Gostaríamos de ser esclarecidos sobre isso. Como é que vai aumentar a receita, num contexto tão difícil que Vossa Excelência tão claramente cá nos descreveu. E se o novo imposto vai existir, vai incidir sobre o quê?

Em contraposição, denotamos que vai haver um aumento das despesas do Estado. Nestas circunstâncias, como é que o Governo pretende criar emprego, sobretudo quando se denota que uma boa franja do orçamento vai para o sector social?

Uma segunda e última questão, Sr. Primeiro-Ministro, reza o artigo 36.º da Lei de SAFE que o Governo deve remeter trimestralmente o relatório de execução à Assembleia Nacional. Passados 12 meses sobre essa governação, gostaria de saber se, Sr. Presidente, Srs. Deputados, se efectivamente o Governo cumpriu com esta prerrogativa.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado António Barros.

**Uma Voz**: — Falou com o microfone desligado.

O Sr. **Presidente**: — Não pediu a palavra, mas pediu interpelação à Mesa. Ouvi a crítica que foi feita aqui, então convido o senhor a fazer a sua interpelação. Quero que o Sr. Deputado agora exponha o seu problema.

Risos do MLSTP/PSD.

Não há razões para risos. Vou ler o que diz o Regimento, no artigo 99.º, «Invocação do Regimento e perguntas à Mesa.

- 1. O Deputado que pedir a palavra para invocar o Regimento indica a norma infringida, com as considerações estritamente indispensáveis para o efeito». É nesse sentido que disse, e disse à Sra. Deputada Filomena Prazeres que ontem foi assim, dei-lhe a palavra sem tomar isso em conta.
  - O Sr. Arlindo Barbosa (MLSTP/PSD): Sr. Presidente, leia o ponto 2 também.
- O Sr. **Presidente**: O ponto 2 é sequência do ponto 1, diz o seguinte: «Os Deputados podem interpelar a Mesa quando tenham dúvidas sobre as decisões desta ou a orientação dos trabalhos.»

Murmúrios do MLSTP/PSD.

Por isso é que lhe dei a palavra agora.

Vozes: — Agora?

O Sr. Presidente: — Para saber qual era o motivo.

Murmúrios do MLSTP/PSD.

O Sr. **António Barros** (MLSTP/PSD): — Sr. Presidente, apenas para dizer que dar a palavra não é quando o Presidente entende, porque o Regimento obriga a dar imediatamente. O Sr. Presidente entendeu

que não deveria dar na altura e decidiu dar agora. Violou a norma da Casa que o Presidente dirige, infelizmente, e agora volta a violar ao querer obrigar-me a falar, no momento em que já não quero falar.

Aplausos do MLSTP/PSD.

O Sr. **Presidente**: — Aponte-me onde está isso.

Tem a palavra o Sr. Deputado Aérton Crisóstomo.

- O Sr. **Aérton Crisóstomo** (MLSTP/PSD): Sr. Presidente, permita-me responder ao Sr. Deputado Abnildo, relativamente à questão do salário mínimo. O que o Sr. Deputado acabou de dizer só seria verdade se alterássemos o artigo 68.º do Código de IRS. Aí sim essas pessoas não iriam pagar imposto nenhum, mas no modelo em que estamos, vão ser tributados sim, porque entram no segundo escalão e serão tributados a 10%. Só se no orçamento chegarmos a um entendimento de alteração do artigo 68.º e definirmos um novo escalão. Aí sim as pessoas poderão não ser tributadas. É uma proposta.
  - O Sr. **Presidente**: Tem a palavra o Sr. Deputado Felisberto Afonso.
- O Sr. **Felisberto Afonso** (UDD). Sr. Presidente, Sr. Primeiro-Ministro e seu elenco, Sras. e Srs. Deputados, bom dia.

Estamos cá a brincar com brincadeira. Neste Orçamento de 2016, enquanto nós são-tomenses continuarmos a depender em 95% da ajuda dos nossos parceiros, teremos sempre conflito. Aquilo não vai deixar de ser politiquice.

Quero que toda a gente bata palmas por essa situação que vou agora explicar.

Risos gerais.

Mesmo o grupo parlamentar que sustenta o Governo, como os grupos parlamentares da oposição.

Vamos agradecer hoje a energia que temos ao ex-Primeiro-Ministro Sr. Rafael Branco, que lançou a Central de Energia Térmica em S. Amaro, e o ADI foi contra.

Aplausos do MLSTP/PSD.

Levantem as mãos meus senhores! Quero que os Srs. Deputados levantem as mãos e agradeçam o XV Governo pela maior captação de água da Roça Agostinho Neto. É por isso que há água lá hoje.

Aplausos do MLSTP/PSD.

Vamos levantar as mãos!

Sendo eu o Governo e tendo que trabalhar para alimentar 190 000 habitantes, pegaria só em 50 hectares de terra, plantaria fruta-pão. Com agro-pecuária e com a transformação de tudo, alimentaria 190 00 habitantes.

Risos e aplausos do MLSTP/PSD.

O nosso cérebro não funciona, só politiquice. Enquanto não trabalharmos em São Tomé e Príncipe, não haverá hipótese. Não queremos política de casca de banana madura.

Meus senhores, vamos caminhar para melhor. Não sei qual é o governo que vai ficar aí sentado. Todos os governos estão a fazer, mas temos que agradecer o trabalho de todos.

O Sr. Primeiro-Ministro esteve lá fora 2 anos...

- O Sr. **Abnildo d' Oliveira** (ADI): Sr. Deputado, peço a sua indulgência, mas faça intervenção no âmbito da generalidade. O senhor está a divagar.
- O Sr. **Felisberto Afonso** (UDD). ...mas quando chegou encontrou captação de água feita, está a organizar os trabalhos. O senhor encontrou a Central Térmica de S. Amaro e está a estender o trabalho. Toda gente está a trabalhar ou não?

Uma voz: — Muito bem!

Aplausos do MLSTP/PSD e do PCD.

Não vejo salvador da pátria em São Tomé e Príncipe. Vamos deixar política de casca de banana madura, meus senhores!

Aplausos do MLSTP/PSD e do PCD.

- O Sr. Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Abnildo d'Oliveira, para uma intervenção.
- O Sr. **Abnildo d'Oliveira** (ADI): Sr. Presidente, as pessoas em casa estão a seguir-nos e como nós somos representantes do povo, eu estou com uma dúvida. Queria perguntar ao Sr. Deputado da UDD quando é que foi lançado o projecto de adução de água do Rio Douro.
  - O Sr. Presidente: Tem a palavra a Sra. Deputada Alda Ramos, para uma intervenção.
- A Sra. **Alda Ramos** (ADI): Sr. Presidente, Sr. Primeiro-Ministro, Srs. Membros do Governo, Sras. e Srs. Deputados, bom dia e votos de bom ano 2016, recheado de trabalho, paz, saúde e muita coragem, em prol do desenvolvimento de São Tomé e Príncipe.
- Sr. Primeiro-Ministro, eu gostaria de deixar a minha contribuição para quando entrássemos na especialidade, mas tendo em conta que foram colocadas aqui algumas questões que tocam alguns sectores a que estou ligada, não posso deixar até chegarmos à especialidade.

Antes de mais, eu gostaria de felicitar o Governo pelo esforço, pelo trabalho que tem sido feito com relação ao sector da agro-indústria. Estou ligada à agro-indústria, não sei se estou a pecar, mas quero aqui dizer às pessoas que represento a *Quá Tela*. Portanto, estou ligada à agro-indústria e até posso dizer e confirmar que o Governo junto aos outros parceiros tem estado a fazer muito pela agro-indústria. Por não estarmos na especialidade, não vou entrar em detalhes, mas queria tranquilizar as pessoas que o Governo está a apoiar. Quando chegarmos à especialidade, vou detalhar melhor, mas se acharem que eu devo entrar em detalhes, perguntem-me que eu estou aqui para dizer.

Desejo muita força e muita coragem ao Sr. Primeiro-Ministro e o seu elenco.

- O Sr. **Presidente**: Convido o Sr. Primeiro-Ministro ou quem indicar, para responder às perguntas que foram aqui colocadas.
- O Sr. **Ministro das Finanças e Cooperação Internacional** (Américo Ramos): Sr. Presidente, como a questão sobre o salário mínimo é uma questão que tem dominado o debate aqui, vou começar por essa questão e vou dizer ao Sr. Deputado Aérton que, felizmente, fazemos uma interpretação profunda e não superficial Código do IRS, o que nos permite ver, em todos os ângulos, quais são os efeitos de uma ou outra acção.

Bom, no Código do IRS está previsto, no artigo 74.º, as deduções e abates. Automaticamente, o salário mínimo fixado é isento. Portanto, o que Sr. Deputado está a pensar é aplicando aquilo que é a estrutura, mas esse salário mínimo, com as deduções e abates, é automaticamente isento.

Em relação à questão levantada pelo Sr. Deputado Fernando Maguengo...

Murmúrios.

... antes de avançar, eu gostaria de pedir ao Sr. Deputado Aérton, se tiver alguma dúvida, pode consultar os serviços dos impostos, autoridades...

Entretanto, assumiu a presidência o Sr. Vice-Presidente Levy Nazaré.

Murmúrios.

- O Sr. **Presidente** (Levy Nazaré): Desculpe-me Sr. Ministro.
- Srs. Deputados, quem quiser usar da palavra, inscreva-se, por favor.
- Sr. Ministro, pode continuar a sua intervenção.
- O Sr. **Ministro das Finanças e Cooperação Internacional**: Portanto, em relação à questão levantada pelo Sr. Deputado Fernando Maquengo sobre o edifício do Tribunal, essa questão já foi levantada ontem e achamos inicialmente desnecessário responder, uma vez que as questões relacionadas com a licitação nos serviços autónomos que não têm a tutela do Governo são da responsabilidade desses sectores. A título de exemplo, as licitações feitas a nível da Assembleia não são consultadas, nem tão-pouco...
- O Sr. **Presidente**: Tem a palavra o Sr. Deputado Fernando Maquengo, para uma interpelação à Mesa.
- O Sr. **Fernando Maquengo** (MLSTP/PSD): Sr. Presidente, veio o Governo, na pessoa do Sr. Ministro das Finanças, dizer-nos que não foi o Governo quem comprou...

O Sr. **Presidente** (Levy Nazaré): — Sr. Deputado, interpelação à Mesa, como refere o artigo que já foi aqui referido, é sobre a Mesa e a forma de funcionamento da própria Mesa, não sobre a intervenção de quem está no uso da palavra. Consulte, por favor, o n.º 2 do artigo que foi aqui citado. Consulte e interpele depois a Mesa.

Pode continuar, Sr. Ministro.

Aplausos do ADI.

O Sr. **Ministro das Finanças e Cooperação Internacional**: — Portanto, eu ia já terminar sobre essa questão, dizendo que sendo os Tribunais um serviço autónomo, um órgão de soberania, o que o Governo fez, foi dar a garantia sobre o processo de aquisição desse edifício, podendo a Assembleia solicitar as devidas informações ao Tribunal de Contas e ao Tribunal Supremo.

Mais uma vez, sobre o valor da licitação e fixação, o Sr. Deputado Fernando Maquengo voltou a não utilizar todas as informações que tem, falou da inflação, mas há a fixação – e eu disse isso aqui – a lei foi publicada em 2009, mas começou a ser feita desde 2007, com uma taxa de câmbio do dólar, naquela altura não tínhamos paridade com o euro, de 12 000 dobras por 1 dólar. Se o Sr. Deputado quiser fazer as contas e fazer a actualização, em função da taxa de câmbio, perceberá qual foi a base dessa actualização.

O Sr. Deputado Danilson Cotú falou sobre a questão da casa *Bachá*. Em 2012, houve um desbloqueamento de 30% da verba destinada a construção ou reparação da casa *Bachá*. Essa verba foi desbloqueada em 2012, logo a seguir o Governo foi demitido, durante 2 anos não se fez nada e não se criou as condições para que a empresa iniciasse as obras, não sei porquê. Logo que o nosso Governo tomou posse, diligenciámos no sentido de saber o que é que se passa. Portanto, a resposta foi-nos dada e solicitamos a devolução do montante recebido pela empresa, uma vez que esse processo está desactualizado, e perante a resistência de uma das partes do consórcio, entregamos esse processo ao Tribunal, para resolução. Mas estamos, neste momento, a trabalhar com um grupo privado de promoção cultural, para a reparação e utilização devida desse edifício.

Em relação ao pagamento da pensão, em Dezembro, houve um pagamento pontual, em que a pensão mínima foi alterada de 470 para 600.

Tendo em conta que consideramos que há incoerência na estrutura das pensões atribuídas, estamos a trabalhar no sentido de fazer esse aumento de forma coerente, durante o ano 2016.

Houve uma questão também levantada pelo Sr. Deputado Fernando Maquengo sobre o relatório, portanto, os Deputados já responderam. O relatório foi entregue, está na posse da 3.ª Comissão, relatório até o 3.º trimestre, de acordo com aquilo que está na lei, mas eu gostaria de dizer que a dificuldade que houve nos primeiros meses, da entrega do relatório é a inacção que houve em relação à resolução e problemas existentes na Direcção de Contabilidade, durante muito tempo. Logo que chegamos, tomámos as devidas medidas, no sentido de corrigir os problemas que existiam na extracção dos relatórios e produção de informações que existiam na Direcção de Contabilidade e nos outros serviços das Finanças. Isso foi feito e logo que terminou submetemos o relatório dos três últimos trimestres.

Há mais uma questão que foi levantada, acho que é uma questão técnica, mas eu gostaria só de dizer ao Sr. Deputado que há indicadores simples que se pode utilizar quando se fala de aumento dos impostos. Portanto, em momento algum, no documento, falamos de aumento da taxa. Automaticamente o Sr. Deputado poderia deduzir quais são as outras variáveis que têm que ser mexidas para que consigamos fazer aumentar os impostos.

Em momento algum, no documento, está a introdução de um novo imposto. Por isso, acho que deveria saber muito bem o que é que se deve fazer, aliás, é do conhecimento de toda gente o montante da dívida fiscal, uma coisa que se arrasta há vários anos. Toda gente sabe do problema de evasão fiscal. Por isso, escuso-me de estar aqui a detalhar todas as outras variáveis que são utilizadas normalmente para o aumento do imposto e a maior mobilização.

Aplausos do ADI.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra a Sra. Deputada Beatriz, para fazer o uso da palavra.

A Sra. **Beatriz Azevedo** (MLSTP/PSD): — Sr. Presidente, Sr. Primeiro-Ministro e os Srs. Membros do Governo, especialmente a Sra. Ministra da Saúde, meus caros colegas Deputados e Deputadas, bom dia.

Sr. Primeiro-Ministro, gostaria de solicitar qual foi o critério utilizado pelo Governo nas distribuições das verbas. Quando o Governo diz que fará a maior intervenção na diminuição da pobreza e se formos ver no OGE, no ponto 1, redução da pobreza, pergunto, como é que se vai reduzir a pobreza? Aquilo que foi distribuído ao nível dos distritos pode combater a pobreza nesses termos?

Na intervenção feita por Sua Excelência, relativamente à execução do Orçamento de 2015, de 77%, essa execução que foi o aumento para o desenvolvimento, segundo o que consta. O que gostaria de dizer é que ao longo desse 1 ano, o que aconteceu não foi o aumento da economia, mas sim do eco anemia.

Porquê? Ao nível da pobreza, se formos ver as análises que foram feitas no ano passado, diz que no Distrito de Caué o índice de pessoas com a hemoglobina baixa é preocupante. Por isso, eu gostaria de saber como é que iria diminuir a despesa, onde a população daquele distrito sofre com taxas de consumo muito elevada.

Uma voz: — De álcool?

A Sra. **Beatriz Azevedo** (MLSTP/PSD): — Consumo de alimentação. Eu digo que há famílias que não conseguem fazer uma panela de *calulu* que é o prato típico do povo angolar, que semanalmente as mulheres faziam e dava para distribuir para todas as famílias. Hoje as coisas se inverteram e ao invés de fazer o *calulu*, passou-se a fazer o *ca*, falta o *lulu*. Porque aquilo que a população tem, em termos de economia, não está a ser suficiente.

Uma voz: — É plêgida.

A Sra. Beatriz Azevedo (MLSTP/PSD): — Não é plêgida...

Risos.

A Sra. **Beatriz Azevedo** (MLSTP/PSD): — Porque é a condição que o marido talvez tenha para poder fazer a sua família sobreviver.

Gostaria de sugerir aos Srs. Deputados, se fosse possível, mudarem de extremo, já que os Srs. Deputados têm respondido aquilo que deveria ser o Primeiro-Ministro ou os Membros do Governo a responder. Propunha que os Deputados passassem para o lugar do Governo e vice-versa.

O Sr. **Presidente**: — Sra. Deputada, isto não é intervenção na generalidade. Tem a palavra o Sr. Deputado Aérton Crisóstomo, para fazer a sua intervenção.

- A Sra. **Beatriz Azevedo** (MLSTP/PSD): Vão para o distrito ver o que as famílias passam lá. O problema é que muitos não vivem nos distritos. Só ficam à espera da eleição para ir pedir o voto. Os Deputados estão aqui para falar. Vai viver lá.
- O Sr. **Presidente**: Sra. Deputada Beatriz, isso é desordem! Quer falar, peça a palavra que lhe dou. Não esteja aqui em briga com os outros deputados.

Tinha a palavra o Sr. Deputado Aérton Crisóstomo, mas acabou por desistir. Neste sentido, convido o Sr. Primeiro-Ministro ou quem indigitar, para responder às questões.

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Sr. Presidente, eu só queria falar da Região Autónoma do Príncipe e responder às preocupações dos Deputados, voltando a insistir que se trata de matérias de especialidades, mas algumas questões que são de maior relevo podemos sempre aproveitar a oportunidade para falar.

Antes disso, queria comunicar aqui à Assembleia uma notícia triste. Trata-se de um antigo Deputado da Assembleia Nacional de nome Gonçalo Monteiro, que acabou de falecer agora em São Tomé. Por isso, recebi a notícia e queria aproveitar para apresentar as condolências do Governo à família enlutada.

A questão da Polícia, no Príncipe, das instalações em geral, quer da Polícia quer das Forças Armadas, estão a ser vista, sendo da responsabilidade do Ministério da Defesa e das Forças Armadas a reabilitação de todo o complexo em que estão a Polícia, a PIC e as Forças Armadas.

Continuamos a dar bastante atenção a essa questão, na vertente que terá maior importância na Região Autónoma do Príncipe, que também é a questão da Guarda Costeira.

Quanto à questão dos Magistrados, quer de juiz quer de procurador para o Príncipe, o Ministério da Justiça, o Conselho Superior Judicial e o Ministério Público lançaram um concurso para que de facto tenhamos esses dois magistrados no Príncipe.

Também quero dizer que nós, enquanto Governo, no que diz respeito à presença de um magistrado no Príncipe, tentamos sugerir alguma solução, mas cabe ao Conselho Superior da Magistratura do Ministério Público resolver o problema. Optaram por abrir um concurso, quando a opção do Governo era aproveitar um magistrado já presente no Príncipe para poder assegurar o trabalho do Ministério Público naquela Região.

É verdade que há uma questão que tem a ver com as condições de alojamento para o juiz no Príncipe. Há uma casa, mas existe uma série de questões quanto à mesma, as condições de acesso e a sua própria segurança. No que diz respeito a condição de acesso, a estrada de Santo António II está a ser feita e, por conseguinte, vai melhorar o acesso. Restará questões menores para assegurar a segurança da própria casa, já que o apartamento é no rés-do-chão. De facto são questões de especialidade, mas vou dar essas explicações, para que as pessoas possam ficar mais descansadas.

Quanto à estrada de Gaspar a Sundy, não podemos modificar a verba, porque foi um engajamento da União Europeia. É verdade que teremos a oportunidade, em coordenação com o governo regional, de ver se falamos com a União Europeia e com a empresa HBD, para saber o que fazemos com essa estrada. Por causa do montante dos investimentos privados que vão ter em Sundy, espero que neste ano se encontre uma solução, ou a verba vai de facto para uma outra coisa, nomeadamente a água, que tem sido um grande problema na Região Autónoma. A decisão de alocação da verba para o projecto específico foi uma decisão da União Europeia e não podemos mudar.

Quanto à questão do cacau, quero dizer que a baixa de produção é fundamentalmente devido a mudanças climáticas, que é um factor que não controlamos. A política do Governo neste aspecto é tomarmos seriamente a questão de irrigação gota a gota, das represas e também um controlo mais serrado ao de abate de árvores.

Não vou comentar a situação do Sr. Cláudio Corallo, mas o que quero dizer é que, no que diz respeito à Expo Milão, tudo que é a promoção de São Tomé e Príncipe tem que estar sob o controlo do Governo do País. Ou as pessoas alinham ou não. Há uma imagem do País, uma política do País e qualquer pessoa que quer entrar tem que seguir as regras do País, mas é verdade que existe outros problemas quanto à nossa agricultura, como também há problemas de exportação do cacau fabricado no País, que tem a ver com algumas dificuldades com as transportadoras aéreas, nomeadamente as condições de transporte para que os produtos cheguem com a qualidade requerida pelo mercado e a condição do espaço nas aeronaves para o frete ao nível da exportação.

Existe também um outro problema que é a importação de pintos de 1 dia que as companhias aéreas têm-se recusado em trazer, o que tem penalizado a nossa produção ao nível avícola. O Governo está a discutir com as companhias aéreas, para resolver esse problema que é penalizante, mas eu diria que é também um bom sinal. Quer dizer que aqui é sempre a galinha e o ovo. Se não há fretes suficientes, as empresas aumentam o custo. Agora tem havido fretes e passageiros em grande quantidade e temos que negociar espaços para que os produtos possam ser exportados e os insumos importados. Mas estamos a trabalhar nisso. São essas explicações que eu queria trazer.

A questão, mais uma vez, da execução. A execução global, 17%, mas teremos acesso depois a uma série de execuções sectoriais. É verdade que o sector cuja execução foi a melhor é o Sector das Obras Públicas. É onde também há mais dinheiro, daí que poderá haver sector com uma execução de 30%, como foi dito aqui, mas no global são 77%, porque a ponderação também das Obras Públicas é a ponderação maior é onde também tivemos melhores níveis de execução. Por conseguinte, mas uma vez, na especialidade, poderemos entrar nos detalhes, sector por sector e ver a execução. O que importa é que o sistema que temos nos dá nessa altura a execução global. E depois os ministros têm de facto os dados daquilo que andaram ao longo do ano a fazer e poderão apresentar nas comissões especializadas.

- O Sr. **Presidente**: Sras. e Srs. Deputados, acabamos de ter acesso a uma informação prestada pelo Sr. Primeiro-Ministro, o falecimento de um ex-colega deputado, e também gostaria, em meu nome próprio e em nome dos demais colegas Deputados, endereçar uma mensagem de condolência à família enlutada, pelo falecimento do mesmo. Também gostaria de sugerir um minuto de silêncio e depois retomaríamos os nossos trabalhos.
  - O Plenário guardou, de pé, 1 minuto de silêncio.

É apenas para informar que desde manhã que iniciámos este debate de hoje e já houve pelo menos 18 intervenções e, na lista que tenho, ainda falta duas intervenções. Portanto, vou convidar esses deputados e, se não houver mais, passaremos à outra fase.

Tem a palavra do Sr. Deputado Esmaiel Espírito Santo.

- O Sr. **Esmaiel Espírito Santo** (ADI): Sr. Presidente, Sr. Primeiro-Ministro e seu elenco governamental, Sras. e Srs. Deputados, bom dia.
- Sr. Presidente, só tomei a palavra cá nesta augusta Assembleia para não deixar de falar algumas verdades. Primeiro, gostaria de parabenizar este XVI Governo pela sua corajosa e eficiente gestão dos fracos recursos que este país dispõe.

Aplausos do ADI.

Segundo, queria dizer que no último orçamento, que o Governo executou, como fruto da sua transparente gestão, o Governo conseguiu melhorar a balança financeira do País. Conseguiu equilibrar o investimento e, de certa forma, a olhos nus, as pessoas notam a crescente construção de obras, notam-se que o Governo conseguiu com a gestão transparente ter uma credibilidade externa, que é um ganho.

Também gostaria aqui de dizer que neste Orçamento de 2016 que o Governo nos apresenta, vejo sinais visíveis que demonstram que o meu distrito, que é o Distrito de Cantagalo, viu alocado projectos que irão de certa forma dar uma outra visão ao distrito, ao contrário de outros deputados que vêm aqui dizer que nos

seus distritos o orçamento anterior não teve nenhum sinal, que o Governo não teve um trabalho que dignifique o povo são-tomense, que não houve preocupação do Governo para com os que têm dificuldades. Porém, quero aqui felicitar o Governo por uma obra que dei conta no meu distrito, o Liceu de Algés. Esse liceu, na minha visão, criou postos de emprego para vários pais de famílias e não só, criando postos de emprego, deu uma outra visibilidade ao distrito. Eu não dispensaria esse púlpito para felicitar o Governo. Muito obrigado.

Aplausos do ADI.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado Fernando Maquengo.

O Sr. **Fernando Maquengo** (MLSTP/PSD): — Sr. Presidente, com todo o respeito, gostaria de dizer o seguinte: Estamos cá a tratar de coisas sérias. Fomos mandatados pelo povo para tratar de questões sérias. Quando vem cá o Sr. Ministro das Finanças, que tem o pelouro da gestão financeira do Estado, dizer o que disse relativamente à minha questão sobre a aquisição da Casa Benfica e, eu reponho, queremos que a administração seja dotada de meios, condições e equipamentos e o Supremo Tribunal de Justiça merece. Não está isso em causa. O que está em causa é o procedimento para a aquisição desse edifício.

Quando vem o Ministro transferir o ónus para o Tribunal, ou seja, um outro órgão, para mim é falta de seriedade. Senão, vejamos: o Tribunal não está cá nem foi chamado. Quem faz a gestão dos fundos que aprovamos cá é o Governo. Então, o Governo tem informações suficientes para nos brindar com essas informações, quando a pergunta foi feita. Agora, vir nos dizer que é outro órgão, o Tribunal, que fez a aquisição ou coisa parecida, é falta de seriedade. Estamos cá para tratar de coisas sérias. Não viemos cá para bater palmas. Viemos cá tratar de coisas sérias.

O Sr. Primeiro-Ministro, há pouco, disse que vamos discutir na especialidade a execução orçamental, muito bem, vamos fazê-lo, mas volto a dizer que não entendo e não vejo, gostaria que o Governo me dissesse, que obras e que projectos consumiram os 77% da verba executada. Gostaria de ver e através desta antena o povo também quer saber. O Governo diz, olha, foi para isto, isto e isto os 77% daquilo que foi aprovado pelos deputados. E é isso mesmo.

Tenho dito, obrigado.

O Sr. **Presidente**: — Sras. e Srs. Deputados, volto a lembrar a todos que estamos em sede da discussão na generalidade. Questões de especialidade devem ser relegadas para as discussões na especialidade. Não estou cá para fomentar algo, mas gostaria de dizer que a intervenção que há pouco acabou de fazer é mais uma questão de especialidade. O Sr. Deputado quer saber detalhadamente como é que foram executados os 77%. É uma questão de especialidade. Não é agora nesta sessão.

Tem a palavra o Sr. Deputado Danilson Cotú.

O Sr. **Danilson Cotú** (PCD): — Sr. Presidente, Sr. Primeiro-Ministro, volto mais uma vez, porque a explicação que trouxe o Sr. Ministro das Finanças, a qual eu agradeço, mas fiquei ainda com algumas dúvidas, por isso gostaria que me ajudasse a perceber. Disse que houve adjudicação e pagamento de 30% de valores da obra, de seguida caiu o governo. O governo que veio a seguir não foi capaz de criar condições para o início das obras naqueles 2 anos. Que bloqueio houve, Sr. Ministro?

Murmúrios do ADI.

Como os senhores podem perceber, Srs. Deputados, estou a dirigir-me ao Sr. Ministro.

Que bloqueio houve para que o seu Governo, no ano passado, claro que tomou contacto com a realidade, não conseguisse avançar com o processo? Porque da maneira que falou, caro Ministro, dá a impressão que naqueles 2 anos o governo anterior não fez e este ano ficou um vazio. A minha preocupação é saber o que é que se fez neste espaço de tempo para que conseguisse pelo menos resolver o assunto. Eu não consegui entender. Fico com a sensação de que tanto um como outro não está a conseguir, e não me parece que seja isso que o Sr. Ministro quis dizer. Então, daqui a pouco o senhor poderá ajudar.

Mais um outro aspecto, caro Ministro...

Murmúrios.

Srs. Deputados, fiquem calmos. Estou à vontade a falar com o Sr. Ministro das Finanças. Tenho muito respeito por este senhor, foi meu professor. Desculpem, devagar!

Existe um outro problema, Sr. Ministro. É que quando falou da questão de pensionistas, tenho muita preocupação quanto a isto, disse que se fez um ajuste para 600 000 dobras e está a fazer um estudo para ver se conseguem ou até onde se vai melhorar. Tenho uma obsessão pelo tempo. Qual é o *time* que o Governo prevê para o fim desses estudos? Quando é que pretende efectivamente materializar tal aumento.

Hoje, Vossas Excelências, alguns de vós, estão aqui em oh, oh, oh. Desa qua tá ni awâ txilá salu.

Muito obrigado.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Deputado Levy Nazaré.

O Sr. **Levy Nazaré** (ADI): — Sr. Presidente, Sr. Primeiro-Ministro e seu elenco, Sras. e Srs. Deputados: Tomo a palavra apenas para dizer que é com grande satisfação que participei nesses 2 dias de debates e hoje ainda não acabou. Penso que estamos a fazer de facto um grande exercício, as questões estão a ser colocadas, algumas delas com a pertinência desejada para um momento como este. As respostas têm sido dadas de forma a esclarecer, quer as Sras. e Srs. Deputados que as colocam, quer ao povo são-tomense que nos escutam. Por isso, penso que estamos num bom caminho neste exercício, nessa discussão na generalidade. Obviamente, iremos discutir outras questões na especialidade, quando chegar o momento.

A democracia é isso mesmo, discussão ou debate. Eu esperava muito mais, era que neste debate na generalidade houvesse ideias, visões, projectos diferentes dos grupos parlamentares da oposição. Obviamente, não concordando com a visão e a proposta do Governo para 2016, que nos trouxesse a sua visão, se estivesse no lugar do Governo, o que é que faria de melhor, tendo em conta a situação económica e financeira do País e internacional.

A oposição tem a incumbência de trazer alternativas à acção governativa, porque é com essa alternativa que o povo, o eleitorado, depois irá julgar as duas propostas e, no seu devido momento, nas eleições, decidir qual das propostas acha melhor para o País.

Ainda espero que na especialidade, em questões concretas, possam surgir exactamente essas propostas, essas visões, orientações diferentes daquilo que o Governo apresentou. Mas penso que seria difícil para a própria oposição, porque ouvi e todos nós ouvimos, o povo de São Tomé e Príncipe ouviu, o líder do maior partido de oposição, numa das suas intervenções recentes, dando nota positiva ao próprio Governo e dizendo que o Governo estava em bom caminho, não obstante uma ou outra situação. Quero dizer que ouvi, todo povo de São Tomé ouviu, o líder da oposição a elogiar o Governo, dizendo que o Governo estava no bom caminho.

Por isso é que dou mais importância àquilo que disse o líder da oposição naquela entrevista que deu, pelo menos saiu nos órgãos da comunicação social, porque foi o seu sentimento, como são-tomense, algo que veio do seu coração, do seu sentir das realizações que o Governo fez, em tão pouco tempo do OGE. Por isso, a leitura que fez ontem de muitas páginas, penso que foi um erro de percurso, tendo em conta as mesmas declarações da própria pessoa recentemente.

É isso que gostaria de dizer e espero que de facto, na especialidade, possamos avançar mais, porque o País precisa do Orçamento.

Quanto ao Governo, mais uma vez, porque já ouvi...

Murmúrios.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado, é só para fazer um apelo.

Sras. e Srs. Deputados, há muito ruído na Sala. Não se consegue descortinar o que o Sr. Deputado está a dizer. Só peço para termos um comportamento digno de representantes da Nação.

O Sr. Deputado pode continuar a sua intervenção.

O Sr. Levy Nazaré (ADI): — Muito obrigado Sr. Presidente.

Quanto ao Governo, é com satisfação que ouvimos que irá fazer as grandes reformas que o País precisa, a legislatura é de 4 anos, 1 ano já passou, temos mais 3 anos. Para grandes reformas, Sr. Primeiro-Ministro, este ano temos que começar. Para as grandes reformas que o País precisa, num universo de 4 anos, numa legislatura, até o final deste ano temos que começar a sentir de facto as grandes reformas que possa vir a alavancar a nossa economia, para dar resposta a algumas preocupações levantadas pelas Sras. e Srs. Deputados, como bem ouvi também a Sra. Deputada Maria das Neves.

Por isso, mais uma vez, já o tinha dito noutro dia, da nossa parte, enquanto legisladores, estamos prontos para ajudar o País nesse processo de pacotes legislativos que serão necessários para essas grandes reformas que o País precisa.

Aplausos do ADI.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado Delfim Neves.

O Sr. **Delfim Neves** (PCD): — Sr. Presidente, Sr. Primeiro-Ministro, Srs. Membros do Governo, caros Deputados e caras Deputadas: A minha intervenção vem na sequência do desafio que foi levantado pelo Sr. Deputado. No início da intervenção, pensei que vinha dizer que estamos a criar condições para que a oposição venha apresentar projectos alternativos.

Ontem, quando falamos da forma serena e o sentido de estado com que temos estado a discutir e as respostas que o Governo estava a dar, falamos de alinhamento, para criar exactamente essas condições.

Nas condições anteriores e de algumas intervenções ainda havida cá, é difícil pôr quadros de um partido a trabalhar, apresentar as alternativas, apenas para chumbar, porque não se discute. Estamos a criar esses ambientes. Acho que o exercício que fizemos aqui na Terça-feira, que fizemos ontem e estamos a terminar hoje, estamos a criar condições para todos sentirem a responsabilidade que temos para com o nosso país. É isso que acho que estamos a fazer. Não venha deitar a culpa, nem passar mensagens de que a oposição não tem ideias, não tem projectos e não sabe o que quer. Não é nada disso.

Há uma intervenção que foi feita aqui, muito boa, deveríamos sim aplaudir. Embora a forma não tenha sido a mais adequada, porque não bater palmas para as coisas bem-feitas de cada governo? Bate-se palmas também para o Governo actual. Quando é bem feito, também bate-se palmas. Para os governos anteriores, também bate-se palma. É assim que vamos criar condições para haver unidade, disciplina e trabalho.

O Sr. **Presidente**: — Sras. e Srs. Deputados, convido agora o Sr. Primeiro-Ministro a usar da palavra ou a indigitar alguém, para responder algumas perguntas que foram colocadas.

Até agora já não temos inscritos, por isso vou avançar apenas com o seguinte: o que está previsto no Regimento da Assembleia Nacional, no seu ponto 2 do artigo 209.º, é que quem encerra o debate é o Sr. Primeiro-Ministro, antes de passarmos à votação. Estou a cumprir escrupulosamente o que está estatuído nos termos regimentais, mas antes do encerramento cada grupo parlamentar tem o direito de produzir uma declaração sobre as duas propostas de lei.

Neste sentido, convido o representante do Grupo Parlamentar do PCD a usar da palavra.

Tem a palavra o Sr. Deputado Xavier Mendes.

Murmúrios.

Sr. Deputado, diga qual é o problema exactamente.

O Sr. Arlindo Barbosa (MLSTP/PSD): — Era só um pedido de esclarecimento, mas retiro.

O Sr. **Presidente**: — Neste caso, vamos continuar.

Tem a palavra o Sr. Deputado Xavier Mendes.

O Xavier Mendes (PCD): — Sr. Presidente, Sr. Primeiro-Ministro, Srs. Membros do Governo, Sras. e Srs. Deputados: Gostaria, antes de mais, de saudar Vossas Excelências e desejar a todos um bom ano novo, cheio de saúde e durante o qual todos trabalhemos e contribuamos para que 2016 seja mais risonho para o povo de São Tomé e Príncipe.

Acabamos de fazer com o Governo, nesta semana, dois exercícios extremamente importantes para a vida do País e dos são-tomenses.

No primeiro momento, o Governo deu a conhecer à Assembleia Nacional e ao País o Estado da Nação, através de uma alocução do Sr. Primeiro-Ministro.

No segundo momento, analisou-se as Grandes Opções do Plano e o Orçamento Geral do Estado, que irão determinar a nossa vida colectiva para o ano de 2016.

Nos dois momentos acima assinalados, reconheceu-se que o País não está bem e que com humildade, com coerência, sem protagonismos e no espírito das divergências políticas próprias de um regime democrático e das críticas, existe espaço para uma discussão séria sobre o que queremos de São Tomé e Príncipe, que cremos ser de todos nós.

O PCD, nas suas mais variadas intervenções aqui nesta augusta Assembleia, chamou a atenção de que o caminho que o País estava a percorrer não era o melhor e que a economia não estava a desenvolver, chegando mesmo a afirmar que o País estava parado, e ainda está.

Neste primeiro ano de governação do ADI, o Governo optou pelo desenvolvimento de acções que davam notoriedade e visibilidade, transmitindo a noção de um grande dinamismo, envolvido com uma máquina nos órgãos de comunicação social estatais, sem precedentes na nossa história, colando o Sector de Obras Públicas à cabeça e as Câmaras Distritais do ADI.

Hoje, reconhece-se que o País tem problemas, que na verdade o País não cresceu em termos económicos, mas sim até houve um retrocesso.

A opção pela realização exacerbada de acções que criam visibilidade e quando não realizadas em doses certas têm os seus custos. Esta opção obriga a uma forte alocação dos poucos recursos financeiros existentes em determinados sectores que criam esta visibilidade, em detrimento de outros cujos frutos das suas realizações são de médio e longo prazos ou simplesmente os sectores não terão os meios mínimos necessários para executarem as suas intervenções.

O Governo apontou como causas para o não crescimento económico o contexto da economia internacional pouco favorável e a baixa da produção agrícola, motivada pela fraca pluviosidade.

Para o PCD, só o factor climático não determinou a baixa de produção agrícola, principalmente as de exportação, pois existem, no nosso entender, outras causas.

Aquando da discussão do OGE de 2015, o PCD chamou a atenção que era muito reduzida e irrisória a fatia do orçamento para o sector agrícola, que rondava cerca de 5,9% e que não correspondia à Declaração de Maputo.

Perguntamos: como proteger a produção de cacau com a importação de apenas 17 toneladas de sulfato de cobre e cal, quando as necessidades destes produtos anualmente ascendem a mais de centenas de toneladas anualmente?

Outro sector que deverá ter pesado no fraco desempenho da economia é o das Pescas. Um sector que emprega directamente cerca de 2500 pessoas e indirectamente outras tantas na comercialização do pescado foi relegado para um lugar tão secundário e nem sequer foi mencionado na declaração do Sr. Primeiro-Ministro, aquando do debate do Estado da Nação.

Esperemos que este discurso de clareza com que ontem e hoje discutimos possa rebater a crispação ainda existente e criar-se condições efectivas nesta Casa Parlamentar para se debater o País de forma descomplexada e dentro do espírito de respeito mútuo.

No domínio da análise das GOP 2016, reporta em certa medida a continuidade das GOP de 2015, com as políticas e acções que o Governo pretende implementar no âmbito do seu Programa, ressaltando somente algumas alterações profundas: ausência da construção do Porto de Águas Profundas, como suporte da ideia de transformar São Tomé e Príncipe numa plataforma de prestação de serviço para a subregião.

A política de financiamento do empreendedorismo e ao sector privado passa que pela diversificação dos produtos bancários de financiamento para as empresas e na melhoria das condições de crédito.

Contudo, convém ressaltar que nem as GOP e nem o OGE falam do sistema de microcrédito como instrumento de financiamento a pequenos projectos e não abordam uma questão fundamental e que é um dos suportes/pilares da proposta para o crescimento económico para 2016, o crédito ao sector agrícola, enquanto em alguns sectores a questão de financiamento está plasmado, como o caso do turismo e do sector privado no Ministério das Finanças.

No que diz respeito ao OGE de 2016, o Governo prevê o crescimento económico para 5%, assente numa política orçamental expansionistas, sem comprometer as metas ou o défice primário, através do consumo privado, assente nos seguintes pilares e pressupostos: aumento do espaço fiscal; mecanismos de ajuste automático do preço de combustíveis; redução do agregado de despesas de bens e serviços em 0,1 ponto percentual; aumento de receitas totais em cerca de 38%; redução das transferências e, por último, alienação de activos nas empresas onde o Estado é accionista.

Para o PCD, subsiste uma questão de fundo que são os riscos desta política orçamental que poderá pôr em causa todas as conquistas da estabilidade macroeconómica até agora conseguidas e muitas delas com enorme sacrifício para as nossas populações. E a questão é simples e tem a ver com a sustentabilidade das propostas que nos foram apresentadas.

O cenário da economia internacional vai-se manter numa situação pouco favorável como em relação a 2015, tal como reconhece o Governo. O nosso tecido empresarial produtivo é extramente débil, capaz de gerar impostos suficientes para se ter um crescimento de receitas em cerca de 38%, mesmo com o alargamento da base tributária e torna-se mais gravoso, guando se vai iniciar este ano este alargamento.

Por outro lado, o sector exportador nacional não vai crescer de forma sustentável que possa garantir, através da exportação, o aumento do consumo privado e concomitantemente, se for pela via da importação, implicará a necessidade do financiamento para o efeito. Quem irá financiar estas importações via endividamento externo, quando a capacidade de endividamento está nos seus limites?

O PCD, perante estes cenários de pouca garantia de sustentabilidade do OGE proposto para o exercício de 2016, continuará a dar o benefício da dúvida ao Governo, pelo que vai abster-se na votação destes dois instrumentos.

Muito Obrigado.

Aplausos do PCD.

O Sr. **Presidente**: — Em seguida, gostaria de convidar o representante do Grupo Parlamentar do MLSTP/PSD a usar a palavra.

Tem a palavra o Sr. Deputado Aurélio Martins.

O Sr. **Aurélio Martins** (MLSTP/PSD): — Sr. Presidente, Sr. Primeiro-Ministro, Srs. Membros do Governo, Sras. e Srs. Deputados, povo de São Tomé e Príncipe: Em primeiro lugar, gostaria de, em nome do MLSTP/PSD, demonstrar toda a nossa fidelidade perante este país e dizer que, aquando da entrevista que concedi à comunicação social após a minha eleição ao Presidente do MLSTP/PSD, numa entrevista de cortesia, fiz saber ao País e ao mundo que de facto o balanço que o Sr. Primeiro-Ministro fez na comunicação social deve ser feito nesta Casa Parlamentar. E é o que aconteceu no debate sobre o Estado da Nacão.

Dei a minha nota de suficiente ao Governo, porque de facto, acabando de ser eleito, não tinha elemento suficiente para fazer uma avaliação concreta deste Governo. Como o nosso lema, na nossa missão, é mais

desenvolvimento e igualdade, tivemos a oportunidade de acompanhar aqui nesta Casa Parlamentar o balanço feito pelo Sr. Primeiro-Ministro, acompanhamos também nesta Casa Parlamentar aquilo que foram as GOP e o OGE, e nós do MLSTP/PSD cingimo-nos, em quatro pontos, sobre aquilo que foi a discussão do Orçamento.

Em primeiro lugar, este Orçamento não corresponde a expectativa que o próprio Governo criou com o «orçamento do cidadão» e as campanhas que foram feitas.

Em segundo lugar, não é possível fazer-se um alinhamento objectivo entre as GOP e o OGE, tanto o realizado no exercício de 2015, como relativamente à proposta destes documentos para o exercício económico de 2016.

Em terceiro ponto, muita dificuldade em fazer a análise de exercício de OGE de 2015, porque não se entende como é que estando a debater o OGE 2016, temos ainda dados provisórios de 2014.

Quarto e último, este Orçamento não apresenta indicadores nem projectos estruturantes para dar resposta àquilo que o Governo diz sobre a agenda de transformação e desenvolvimento de São Tomé e Príncipe.

Desta forma, o Grupo Parlamentar do MLSTP/PSD vai abster-se, viabilizando o Orçamento e deixar que o povo avalie no fim.

Muito obrigado e bom trabalho.

Aplausos do MLSTP/PSD.

Gostaria de deixar aqui o documento sobre a nossa intervenção, não sei se posso dar ao Sr. Ministro ou entregar ao Sr. Presidente, para depois discutirmos na especialidade, para maior ajustamento, Sr. Ministro do Plano e Finanças.

O Sr. **Presidente**: — Acho que o Sr. Deputado pode entregar à Mesa e depois faremos o encaminhamento legal.

Por último, tem a palavra o representante do Grupo Parlamentar do ADI, para uma intervenção.

Tem a palavra o Sr. Deputado Pedro Carvalho.

O Sr. **Pedro Carvalho** (ADI): — Sr. Presidente, antes de mais bom dia.

Quero aproveitar também esta oportunidade para, em meu nome pessoal e em nome do meu Partido, felicitar a actuação do XVI Governo, desejar um bom ano 2016 a todo povo de São Tomé e Príncipe.

Sr. Presidente, Sr. Primeiro-Ministro, Sra. e Srs. Membros do Governo, Sras. e Srs. Deputados, como reza o Regimento da Assembleia Nacional no seu ponto 3 do artigo 209.º, passo a citar: «Antes do encerramento do debate, cada grupo parlamentar tem o direito de proferir uma declaração sobre as propostas de lei». Apesar de algumas situações, podemos considerar que o debate decorreu dentro de um clima de entendimento possível, numa situação que ainda se nota alguma crispação devido a retumbante vitória que o ADI obteve nas urnas há pouco mais de 1 ano.

Aplausos do ADI.

Tem sido difícil a assunção desta realidade, em que o povo soube dar, e em boa hora, ao Partido ADI a possibilidade de governar com uma maioria absoluta, com vista a transformação de São Tomé e Príncipe, num país de oportunidade, apesar de várias dificuldades que não temos receio de dizer que elas existem.

Aplausos do ADI.

Foram vários os anos de má gestão da coisa pública, que se traduziu na situação que hoje vivemos, salas de aulas sobrelotadas, infra-estruturas degradadas, falta de água, energia, etc.

Quer o Governo, quer o Grupo parlamentar que o suporta, veio a este debate com o objectivo de obter subsídios e contribuições com vista a melhorar as propostas ora apresentadas. Depois de termos ouvido a ladainha «vamos fazer uma oposição construtiva», infelizmente pouco ou nada conseguimos retirar deste debate, a não ser ataques directos e indirectos com o objectivo de criar alguma crispação e até mesmo obstaculizar a acção do Governo do ADI...

Murmúrios do MLSTP/PSD.

...com passado que no nosso entender deve pertencer à história.

Aplausos do ADI.

Sras. e Srs. Deputados, o mundo evoluiu. Estamos na era das novas tecnologias de informação e de comunicação.

No tocante às propostas de lei das Grandes Opções do Plano, ao contrário do que ouvimos nestas reuniões, estão ajustadas sim, com as prioridades do Programa do Governo, sufragado por esta Assembleia. As medidas de políticas programadas para o ano de 2016 visam promover a estabilidade macro-económica, o crescimento económico, o bem-estar social, gerar emprego, criar riqueza e combater sobretudo a pobreza...

Aplausos do ADI.

...assente nos eixos: alargamento da base produtiva da economia; melhoria da Administração Pública, como forma de promoção de um bom ambiente de negócio; melhoria das infra-estruturas de suporte ao crescimento da economia; reforma da Justiça, de forma a torná-la mais célere e transparente.

Com relação ao Orçamento, apesar de persistente crise económica e financeira, o que se tem traduzido na fraca mobilização para o OGE, o Governo tem desenvolvido esforços com vista a mobilização de recursos para suportar os principais projectos de investimentos com efeitos multiplicadores para economia. Neste sentido, o Grupo Parlamentar do ADI quer, mais uma vez, encorajar o Governo, em geral, e, em particular, o Sr. Primeiro-Ministro nas acções que tem levado a cabo com vista à mobilização de meios para garantir uma boa execução deste Orçamento.

Temos a consciência das dificuldades, atendendo a situação que o mundo atravessa, mas já demos provas suficientes de que as dificuldades são para serem encaradas de frente. Com trabalho e disciplina conseguiremos superá-las.

Este primeiro ano de governação foi a prova mais evidente de que o ADI e o seu líder são capazes de vencer essa batalha que é transformar São Tomé e Príncipe.

Aplausos do ADI.

O Grupo Parlamentar do ADI vem encarecidamente pedir ao Governo para continuar com o trabalho que tem levado a cabo no domínio da energia, levando esse bem precioso a muitos lugares que para muitos era quase impossível e com este Governo foi concretizado. Podemos citar algumas dessas comunidades, que são os casos de Uba Budo, Guegue, Ribeira Funda, Malanza, entre outras.

Aplausos do ADI.

Sr. Presidente, Sr. Primeiro-Ministro, Sra. e os Srs. Ministros, Sras. e Srs. Deputados, o Orçamento Geral do Estado é um instrumento de medidas quantificadas de políticas orçamentais e de prioridades da acção governativa a serem implementadas ao longo do ano económico. Portanto, neste orçamento estão identificados os objectivos que o Governo liderado pelo Sr. Primeiro-Ministro Patrice Trovoada pretende alcançar neste período, criando condições para um futuro melhor para o povo desta Nação.

Desta vez coube ao ADI, como também já coube aos outros governos fazerem as suas propostas.

Meus senhores, a prova dos nove tira-se no fim da operação. Portanto, ainda vamos praticamente no início, este é o nosso segundo ano.

O fim será em 2018 e caberá ao povo fazer essa análise.

Sr. Primeiro-Ministro, estamos no caminho certo. Força e coragem a si em particular e ao seu elenco governativo.

Viva São Tomé e Príncipe.

Um bem-haja a todos.

Aplausos do ADI.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado, Sr. Deputado! Estamos em sede séria e está-se a discutir uma matéria séria.

Para finalizar, convido Sua Excelência o Primeiro-Ministro e Chefe do Governo, para encerrar o debate sobre as Grandes Opções do Plano e o Orçamento Geral do Estado, antes de passarmos à votação.

Tem a palavra o Sr. Primeiro-Ministro, para fazer a sua declaração.

- O Sr. **Primeiro-Ministro**: Sr. Presidente, antes gostaria de obter um esclarecimento. Depois da votação haverá ainda alguma intervenção do Governo ou é a última?
  - O Sr. **Presidente**: É a última intervenção.
  - O Sr. **Primeiro-Ministro**: Muito obrigado.

Sras. e Srs. Deputados, o OGE e as GOP são dois instrumentos de extrema importância, mas, como foi aqui dito e discutido várias vezes, o mais importante é a sua execução. Como foi também aprendido aqui, o

sector privado tem um papel fundamental no desenvolvimento das nossas economias e não haverá sector privado sem as reformas profundas do nosso sistema e da nossa administração.

No capítulo das reformas, o Parlamento é fundamental. O seu papel tem que ser dito aqui de modo que no próximo ano cada um também assume as suas responsabilidades. O Parlamento tem que produzir leis para que o País possa evoluir e modernizar-se.

O Governo está disponível para dar a sua contribuição, não só em termos de iniciativas legislativas, mas também procurando meios para reforçar a capacidade dos parlamentares, porque queremos discutir coisa com coisa. Não queremos a politiquice. Isso faremos durante as campanhas...

Aplausos do ADI.

...aqui gostaríamos de facto que os debates pudessem trazer críticas, propostas de solução e consensos, porque, às vezes também é preciso consenso. Daí que a disponibilidade do Governo para com a Casa Parlamentar é encontrarmos soluções para os problemas que afectam o nosso país, o nosso povo e a nossa economia. Gostaríamos também de mostrar toda a nossa disponibilidade, para que nas comissões se possa entrar em todos os detalhes que assim for solicitado pelos Deputados, e aquele detalhe que o Governo também quer trazer. Não sei se notaram, mas não é a atitude do Governo entrar em detalhes, porque alguns deles podem até levar a crispação suplementar. Não é aqui que podemos esclarecer muitas coisas, mas os Deputados poderão, nas comissões, entrar em detalhes. Poderemos, se vocês assim preferirem, entrarmos também em detalhes, para que toda gente perceba o problema do País e percebam também as responsabilidades, mas responsabilizar não quer dizer crucificar. Muitas vezes os erros têm as suas causas e mais vale atacarmos as suas causas, para que os erros não voltem a ser cometidos.

Aplausos do ADI.

Eu quero dizer que a nossa visão de desenvolvimento é correcta, reconhecida e aprovada por pessoas, organismos, investidores, organizações internacionais, gabinete de estudos, que consideram a visão correcta. Ela é ambiciosa. Mas o quê que as pessoas têm contra a ambição? Pode-se construir um país sem ambição?

Vozes: - Não.

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Ela é ambiciosa e é um risco para o Governo. O Governo pôs a barra alta, mas o que importa é lá chegar. Pusemos a barra a 100, mas se chegamos a 70 ou a 80 será sempre um ganho para o País. A nossa ambição tem riscos. O primeiro dos riscos é para o próprio Governo, mas isso não quer dizer que se tem que desvalorizar a ambição e a visão. Se não acreditarmos em nós, quem haveria de acreditar? Os riscos são para o Governo. Se o mesmo não conseguir, o povo irá decidir. O Governo assume os riscos e, para isso, confortado com uma maioria absoluta, tem que ter a coragem de também fazer as reformas. Não estamos a dizer que será fácil, mas vamos ter que as fazer. As reformas difíceis também têm o aproveitamento político. Sabemos disso, mas quero dizer a todos os são-tomenses que temos a coragem de fazer as reformas, custe o que custar...

Aplausos do ADI.

...porque é para o bem do País.

É verdade que nós temos um problema de receitas, como aqui foi dito, e é normal que os Deputados interroguem como é que se vai fazer.

É difícil, mas a dívida fiscal tem que ser paga. As empresas têm uma situação difícil, podemos negociar, podemos ter moratórias, mas as coisas têm que entrar em ordem. A dívida com a segurança social tem que ser paga, porque custa ter dívida com a Segurança Social e distribuir cabaz no Natal aos trabalhadores. É engana-los. Então, todos esses problemas têm que ser resolvidos.

Os empresários têm problemas de capitalização e temos que resolver. Ninguém os vai matar, mas temos que chegar a um acordo.

Temos que fazer as reformas e temos que avançar. Daí que a posição do Governo é exactamente essa, pedir aos Deputados maior apoio; pedir aos Deputados que devemos ter mais objectividade nas nossas discussões.

Entendemos os sentidos de voto que foram aqui pronunciados, é para isso que o benefício da dúvida existe, é normal entendermos, mas que o benefício da dúvida seja algo que ao longo do tempo possa desaparecer de um lado ou do outro, mas na base de uma discussão séria e objectiva.

A maioria absoluta é uma grande responsabilidade, não é ditadura. É uma responsabilidade, porque o povo deu ao ADI todas as condições para trabalhar. Eu diria que o ADI ainda não usou de todas as condições. O Governo também não usou todas as condições, porque a melhor maneira de avançar é com toda gente e não avançar mesmo que seja uma minoria, ou mesmo que seja uma oposição contra a minoria

e contra a oposição, mas não podemos estar a perder tempo. Há um momento em que se tem que decidir. Ou sim ou não. Não podemos perder tempo, porque o povo não pode esperar. Não podemos perder tempo, porque a situação económica está cada vez pior. Não podemos perder tempo, sobretudo e devido a situação internacional. Somos um país que andamos sempre a estender as mãos. As pessoas têm os seus problemas e já não podem estar preocupados com os problemas de São Tomé e Príncipe. Não podem estar preocupados com o País, sobretudo quando têm consciência de tudo aquilo que andamos a desperdiçar. Então, chegou o momento de mudarmos de atitude.

Espero que os debates hoje, ontem e de terça-feira seja um sinal para mudança de atitude. O Governo reteve a posição e a atitude de algumas bancadas e é um sinal de esperança para nós. O Governo também reteve atitude de outros deputados. Estamos em democracia e respeitamos, mas estamos convencidos de que quem mais ordena, quem mais tem bom senso e quem dita é povo. Se olharmos para a atitude do nosso povo, então acabaria por dizer que não é sempre aqueles que não sabem é que realmente não sabem. O povo sabe muito, é o povo que nos vai julgar e é ó povo que está a nos olhar. Então, que possamos todos corresponder às suas expectativas.

Acabo por aqui, agradecendo real e sinceramente a participação de todos e com a esperança de que o Parlamento dê confiança ao Governo através da aprovação destes dois documentos.

Aplausos do ADI.

O Sr. **Presidente**: — Vamos avançar com a nossa agenda proposta ao longo do dia, desta feita submetemos as duas propostas de lei à aprovação, na generalidade, começando pelas Grandes Opções do Plano.

Sras. e os Srs. Deputados, vamos passar à votação.

Submetida à votação, foi aprovada com 33 votos a favor e 22 abstenções.

Está aprovada a proposta de lei das Grandes Opções do Plano para o ano económico de 2016, na generalidade.

Aplausos do ADI.

Passamos de imediato à votação da proposta de lei do Orçamento Geral de Estado, também na generalidade.

Já foi apreciado e daí vamos submetê-la à votação.

Submetida à votação, foi aprovada com 33 votos a favor e 22 abstenções.

Está aprovado o Orcamento Geral de Estado, na generalidade, para o ano económico de 2016.

Aplausos do ADI.

Sras. e Srs. Deputados, estamos a chegar ao fim e gostaria, em primeiro lugar, de agradecer a todos pela participação e subsídios recolhidos ao longo destes dois dias de debates nesta augusta Assembleia, estando certo de que eles irão contribuir para o enriquecimento dos documentos ora aprovados.

Está encerrada a sessão.

Eram 12 horas e 45 minutos.